



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 039

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 039**35ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Projeto de Resolução	09
Projetos de Lei	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Elza Correia	12
Dep. Neivo Beraldin	13
Dep. Tadeu Veneri	13
Dep. Cleiton Kielse	14
Grande Expediente:	
Sr. João Paulo Koslovski	
Presidente da Ocepar	15
Sr. Ágide Meneguette	
Presidente da Faep	16
Dep. Nereu Moura	18
Horário das Lideranças:	
Liderança do PMDB	
Dep. Nereu Moura	19
Liderança do PT	
Dep. Ângelo Vanhoni	20
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	21
Liderança da Oposição	
Dep. Durval Amaral	23
Liderança do Governo	
Dep. Vanderlei Iensen	24
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	27
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	27
2ª Discussão	27
1ª Discussão	28
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão	29
Publicações:	
Atas de Comissões	
Constituição e Justiça.	29
Administrativas	
Prorrogação Contratual	31

DIÁRIO Nº 039**35ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MAIO DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Nelson Garcia e Waldir Leite (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes da leitura da Ata da Sessão anterior, vou fazer um comunicado aos nossos ilustres visitantes, que nos dão a honra das suas presenças aqui hoje: o projeto

do salário mínimo, conforme estabelecemos, será votado no dia de amanhã. Faremos duas Sessões e votaremos em 1ª e 2º discussões.

(Aplausos)

Acho que esta Casa deu uma demonstração democrática, ao discutir esse projeto de uma forma toda especial, dando oportunidade para todas as categorias virem aqui e colocar suas posições, oficialmente, para os Srs. Deputados.

Hoje encerramos esse círculo de palestras, de ouvir as entidades, com a presença da FAEP e da Ocepar.

Nossas boas-vindas a todos os nossos visitantes.

Solicito ao Deputado Geraldo Cartário a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, que seja desarquivado o Projeto de Lei nº 461/05, de autoria deste Parlamentar.

Trata-se da declaração de Utilidade Pública Estadual à Associação de Promoção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

O projeto de lei foi arquivado por falta de documentação necessária à sua tramitação normal, mas hoje, tal pendência já está sanada.

Requer-se ainda, após o desarquivamento do referido projeto, que o mesmo seja incluído no trâmite normal legislativo à sua aprovação, com sua inclusão na CCJ.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM ao Presidente, Deputado Hermas Brandão, que determine a sustação do trâmite regimental do Projeto de Lei nº 193/06, oriundo da Mensagem Governamental nº 31/06, que objetiva autorização deste Poder Legislativo para que o Estado do Paraná assuma o controle acionário da UEG-Araucária, mediante a compra da participação acionária da El Paso Empreendimentos.

Justifica-se o pedido ante a inusitada e preocupante situação criada a partir do dia de ontem, com a edição intempestiva do decreto do presidente boliviano determinando a ocupação das instalações da Petrobras naquele país, sob o mote da nacionalização da produção dos hidrocarbonetos das reservas bolivianas.

Ante a indefinição gerada quanto ao destino da Petrobras na Bolívia e também quanto à futura comercialização do gás para alimentar a UEG, seria temerário, no momento, qualquer decisão desta Casa sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Murara, aos 88 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vitorina Favetti, aos 92 anos de idade, ocorrido em 29/03 do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua

memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão de voto de congratulações à Escola de Música e Belas Artes do Paraná, na pessoa da Diretora Anna Maria Lacombe Feijó, e aos professores expositores: Vivian Busnardo, Fabrício Vaz Nunes, Juliane Fuganti, Roberto Pitella, Carina Weidle, Elisabeth Tilton, Ligia Borba, Rossan Guimarães, Keila Kern, Fábio Noronha, Allan Hanke, Beatriz Nocera, Sergio Kirdziej e Pedro Gorla, pela organização e realização da exposição coletiva dos professores da Embap de 19 de abril a 20 de maio, na Sala de Exposição Leonor Botteri da tradicional Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A tradicional Escola de Música e Belas Artes do Paraná é um estabelecimento estadual de ensino, fundado em 1948 e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação desde 1954.

O movimento em prol da Embap surgiu em 1946, na Sociedade de cultura artística Brasília Itiberê, tendo logo recebido apoio da Academia Paranaense de Letras do Paraná, do Centro Feminino de Cultura, da Sociedade de Amigos de Alfredo Andersen, do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná. Na ocasião elaborou-se um documento que foi entregue ao então governador do Estado, Moisés Lupion, que logo deu parecer favorável aos anseios musicais, através da mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa.

Os trabalhos de organização da escola foram confiados ao professor Fernando Corrêa de Azevedo que viajou a diversos lugares para estudar a estrutura de entidades congêneres visando adotar modelos já experimentados. Visitou a Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro, Escola de Desenho da Associação de Artistas Brasileiros, Escola de Belas Artes de Belo Horizonte, Conservatório Dramático Musical de São Paulo, Escola de Artes de Niterói e o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Voltando de viagem o professor Fernando Corrêa de Azevedo reuniu um grande corpo de professores formado por: Altamiro Bevilacqua, Artur Nísio, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Mussurunga, Bianca Bianchi, Charlotte Frank, Edgar Chalbaud Sampaio, Estanislau Trable, Francisco Stobbia, Frederico Lange de Morretes, Guilherme Carlos Tiepelmann, Inez Colle Munhoz, Iolanda Fruet Correia, João Ramalho, João Woiski, Jorge Frank, Jorge Kaszas, José Coutinho de Almeida, José

Peón, Lício de Lima, Ludwig Seyer, Ludwig Seyer Jr., Luiz Eulálio Zilli, Margarida Solheid Marques, Margarida Zugueib, Natália Lisboa, Oswaldo Lopes, Oswaldo Pilotto, Prudência Ribas, Raul Menssing, Remo de Persis, René Devrainne Frank, Severino d'Atri, Waldemar Curt Freyesleben.

Nossas congratulações à Escola de Música e Belas Artes do Paraná, pela organização e realização da Exposição Coletiva dos Professores da Embap.

Louvar nossos artistas é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado!

Seja este requerimento encaminhado a todos os artistas nominados à Rua Emiliano Perneta, 179 - Curitiba/PR - CEP: 80.010-050.

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações e de profícua gestão à Sra. Iliziane Kolm (Presidente) e demais integrantes da Diretoria, pela posse como dirigente da gestão 2006/2008, da Associação Comercial Empresarial de Mercedes - ACIM, que ocorreu no último dia 28 de abril, na cidade de Mercedes, neste Estado.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada, com votos de contínuo sucesso à Sra. Iliziane Kolm, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Mercedes - ACIM, à Avenida Dr. Mário Totta, s/n - sala 01 - CEP: 85.998-000 Mercedes-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Prefeito Municipal, Sr. José Arlindo Sehn, e ao Presidente da Comissão Organizadora Central, Sr. Arlito Maciel Cezar, Presidente da Associação Comercial local, para exemplar e bem conduzida organização vista na 2ª ExpoSerranópolis e no II Arrancadão de Jericos, que aconteceram nos dias 28, 29 e 30 de abril e 1º de maio, últimos, na cidade de Serranópolis do Iguaçu.

Os cumprimentos aqui solicitados são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal José Arlindo Sehn e ao Sr. Arilton Maciel Cezar, à Prefeitura Municipal e à Associação Comercial, à Avenida Independência, 150/850, respectivamente, CEP: 85.885-000 - Serranópolis do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Prefeito Municipal, Sr. Fabian Persi Vandrúsculo, e ao Presidente da Comissão Organizadora Central, Sr. Osmar Volpato, pela exemplar e bem conduzida organização na 30ª Festa das Nações, na cidade de Guaíra, ocorrida nos dias 28, 29 e 30 do recém mês findo de abril.

Os cumprimentos, aqui solicitados, são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal Fabian Persi Vandrúsculo e ao Sr. Osmar Volpato, respectivamente, à Prefeitura Municipal, Avenida Coronel Otávio Tosta, 126, CEP: 85.980-000 - Guaíra-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações à Prefeita Municipal, Sra. Cleunice Alves Cardoso, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aldacir Domingos Pavan, e ao Presidente da Comissão Central Organizadora, Vice-Prefeito Lázaro Gomes da Silva, pela exemplar e bem conduzida organização vista na XXI Festa do Peão de Boiadeiro que ocorreu de 27 a 30 de abril último, na cidade de Ouro Verde do Oeste, neste Estado.

Os cumprimentos, aqui solicitados, são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada à Sra. Prefeita Municipal Cleunice Alves Cardoso, e ao Vice-Prefeito, Sr.

Lázaro Gomes da Silva, Presidente da Comissão Central Organizadora, respectivamente, à Prefeitura Municipal, Rua Curitiba, 657 - e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aldacir Domingos Pavan, Rua Rio de Janeiro, 306, CEP: 85.933-000 - Ouro Verde do Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Sr. Adolir Weber, Presidente da Associação Atlética e Cultural Copagril - AACC, e aos Srs. Ricardo Chapla, Adelar Borth e Eloi Darci Podkowa, Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor-Secretário da Cooperativa Agroindustrial Copagril, respectivamente, pela inauguração do complexo esportivo da Associação Atlética e Cultural Copagril, que ocorreu no último final de semana, na cidade de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada, com votos de contínuo sucesso em suas atividades, aos acima nominados, à Rua 09 de agosto, 700 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Prefeito Municipal, Sr. Reinaldo Krachinski, ao Vice-Prefeito Municipal, Genivaldo Góis e ao Presidente da Comissão Central Organizadora, Sr. Amilson Felinto, pela exemplar e bem conduzida organização vista na ExpoCenter e na 10ª Festa do Peão de Rodeio que ocorreram de 27 a 30 de abril último, na cidade de Quarto Centenário, neste Estado.

Os cumprimentos aqui solicitados, são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Reinaldo Krachinnski, ao Vice-Prefeito, Sr. Genivaldo Góis, e ao Presidente da Comissão Central Organizadora, Sr. Amilson Felinto, junto à Prefeitura

Municipal, a Avenida Raposo Tavares, 594, CEP: 87.365-000 - Quarto Centenário-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Sr. Aloar Bressan e ao Sr. Gilmar Bender, Presidente e Vice-Presidente da Associação Municipal de Suinocultores de Marechal Cândido Rondon - AMS-MCR, respectivamente, pela exemplar e bem conduzida organização vista na 3ª Festa do Leitão à Marechal, realizada no último domingo na cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Os cumprimentos, aqui solicitados, são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada, com votos de contínuo sucesso, aos Srs. Alaor Bressan e Gilmar Bender, junto a AMS-MCR, Rua D. João VI, 935 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Braganey, em 02 de maio deste.

O município de Braganey comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupem uma posição de destaque e prestígio perante as demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Braganey por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr.

Rui Figueredo Pereira, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Lúcio Povaluck, assim como ao Vice-Prefeito, Exmo. Sr. Mateus Netto e aos demais funcionários da Prefeitura, na Av. Arthur Pereira, nº 860 - centro e aos demais Vereadores na Câmara Municipal desta cidade - CEP: 85.430-000.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja expedido voto de louvor em homenagem aos 75 anos da imigração menonita ao Brasil.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Os menonitas são uma instituição religiosa com mais de quinhentos anos de história.

Chegaram ao Brasil há 75 anos, oriundos principalmente da antiga União Soviética, e, desde então têm contribuído sobremaneira na formação da sociedade brasileira, no que diz respeito ao aspecto econômico, social, cultural e religioso.

No Paraná, destacamos, entre outras, a formação da Colônia Witmarsun que muito contribuiu para o progresso da região e do Estado.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo Roberto Yoshimine.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Edson Roberto Vieira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Olivar de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER ao Presidente da Mesa Executiva moção de agradecimento a ser enviada ao Sr. Elio Silva Maciel, sócio-gerente da empresa Laticínios Silvestre Ltda, da cidade de Três Barras do Paraná, em retribuição à forma simpática com que foi recebido quando em visita à empresa, que é a maior geradora de empregos daquele município, com mais de cem empregos diretos oferecidos à população tresbarrense.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de quinze dias, ao visitar a cidade de Três Barras do Paraná, tive a feliz oportunidade de conhecer as modernas instalações do Laticínio Silvestre Ltda., maior gerador de empregos daquele município, oferecendo mais de cem empregos diretos à população local.

Naquela ocasião fui recebido pelo sócio-gerente da empresa, Sr. Elio Silva Maciel, a quem desejo que esta Casa Legislativa encaminhe expediente de agradecimento.

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. David Antônio Pancotti, MD. Diretor-Geral do Detran, solicitando a instalação de uma Ciretran - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito no município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Ciretran no município de Corbélia é uma antiga reivindicação de todos os segmentos da sociedade local, e tem como objetivo facilitar o acesso aos serviços prestados pelo Detran, o que atualmente é realizado no município de Cascavel.

Salientamos que a sua efetivação beneficiará, além de Corbélia, os municípios de Anahy, Braganey e Iguatu, que passarão a integrar aquela Circunscrição.

Também é importante ressaltar que a referida proposição tem o apoio da Prefeitura daquele município, que manifestou-se favorável à instalação.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER ao Presidente seja enviado expediente ao Senador Álvaro Dias, Líder das Minorias no Senado Federal, manifestando total apoio às posições tomadas pelo mesmo na representação do povo paranaense, especialmente tendo em vista sua importante e destacada participação por ocasião dos trabalhos de investigação nas CPMI's - Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito formadas no Congresso Nacional visando o combate à corrupção.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A principal justificativa para a aprovação deste requerimento pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, é o reconhecimento que nós, Parlamentares paranaenses, devemos ter para com Senador Álvaro Dias, em vista de sua coerência, firme e destacada participação no processo investigativo das Comissões Parlamentares de Inquérito formadas pelo Congresso Nacional, objetivando o combate à corrupção no cenário político brasileiro, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo Federais.

A imprensa brasileira de forma geral, ao longo de todo esse processo, por inúmeras vezes noticiou as iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Senador Álvaro Dias, que é paranaense, e a clareza de suas idéias e a honradez de sua conduta enobrece a todos nós, políticos do Paraná, independentemente de sigla partidária, embora para nós, do PSDB, seja mais um motivo de orgulho contar com tão destacada liderança em nossos quadros partidários.

Assim como outros políticos honrados e que mereceram destaque nos trabalhos efetivados, Álvaro Dias deve estar insatisfeito com o resultado final relativo à punição dos culpados, mas pelo trabalho que realizou deve, com certeza, estar de consciência tranqüila e acrescentar mais essa conquista ao seu vasto currículo de serviços prestados de maneira brilhante ao povo paranaense e brasileiro.

Conto com a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de

Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, encaminhando a Carta-Manifesto assinada pelo Sr. David dos Santos Maciel e solicitando que seja verificada a possibilidade de atendê-la.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações sobre a não convocação dos Srs. Wenceslau Pascoal Vieira e Alan dos Santos Vieira - candidatos do Concurso Público - Edital nº 01/2004 para Agente Penitenciário do Estado do Paraná - para as provas de aptidões físicas, uma vez que candidatos com classificação inferior à deles já foram convocados para as provas.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Parana Previdência, Sr. José Maria de Paula Correia, solicitando revisão da aposentadoria da Sra. Antônia dos Santos.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Júlio Maíto Filho, Presidente da Junta Comercial do Paraná, solicitando a implantação definitiva do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, no município de Medianeira, para atender a um anseio da comunidade empresarial e contabilista de toda a região, tendo em vista que atualmente os serviços são restritos no posto de atendimento instalado na Associação Empresarial de Medianeira.

Os municípios que serão beneficiados são os seguintes: Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Ramlândia, Céu Azul, Itaipulândia, Missal e São Miguel do Iguaçu, abrangendo mais de 10.000 empresas.

Já fora apresentado e encaminhado aos órgãos competentes do Governo Estadual um projeto de implantação pela Associação Empresarial de Medianeira, onde a mesma, juntamente com a Associação de Contadores, disponibilizaram toda a infra-estrutura,

faltando apenas a efetiva instalação e início dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitado à Cohapar - Cia. de Habitação do Paraná, a remessa para esta Casa dos documentos/informações que se seguem:

1. lista nominal dos funcionários da empresa lotados no escritório de Cornélio Procópio, suas respectivas funções e salários;

2. lista nominal dos estagiários no mesmo escritório;

3. lista nominal dos funcionários contratados e/ou prestadores de serviços para as diversas obras sob a jurisdição do escritório acima especificado.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) HERMAS FONSECA

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Avenida das Torres - Bairro São Cristóvão - município de São José dos Pinhais, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Rua Aquilino Baglioli, nas proximidades do Hipermercado Big, rua esta de acesso para a PUC - Vila das Torres.

O fluxo de estudantes é intenso e ocorrem assaltos e tentativas de estupro diariamente. Uma viatura fica na Avenida das Torres, porém as ruas secundárias ficam desprovidas de policiamento, justamente onde estão ocorrendo os problemas mais graves.

A presença de policiais certamente evitará tais ocorrências e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos comerciantes da Avenida João Bettega, proximidades da Pracinha de São Jorge - Vila São Jorge - Bairro Portão, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no local.

Diariamente ocorrem assaltos aos estabelecimentos comerciais e os proprietários encontram-se apavorados com a situação. Infelizmente eles estão trabalhando para os ladrões e pedem socorro à polícia.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Maestro Francisco Antonello e proximidades - Bairro Fanny, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no local.

Diariamente ocorrem assaltos às residências. Os ladrões entram nas residências pela Rua Antônio Martins Franco, fundos da Rua Maestro Francisco Antonello e levam tudo que encontram pela frente.

Quando os moradores solicitam a presença de policiamento não são atendidos, motivo que tem deixado todos apavorados.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos ladrões e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica denominada de Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, a atual Capela Católica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O saudoso Revmo. Padre Gustavo Henrique Pereira Filho iniciou piedosamente como Capelão desta Casa, no ano de 1988, permanecendo com seu trabalho exemplar até o dia 19 de abril último, quando deixou em nosso espírito uma lembrança imorredoura. Seu exemplo permanecerá redivivo entre os pósteros como uma lição de incentivo.

Escrever sobre um sacerdote da estirpe do nosso saudoso e querido Padre Gustavo, ministro de Deus, é qualquer coisa tão sublime que somente aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa.

O carinho que o saudoso e inesquecível Padre Gustavo sempre demonstrou para conosco e com todos os funcionários deste Poder, como mestre e como amigo, cativou-nos de tal maneira que, para de algum modo externar nossa eterna gratidão e nosso apreço, não vimos outro meio de oferecer-lhe um pequeno mimo que será o penhor da afeição que sempre lhe dedicamos.

Não é no seu valor intrínseco que buscamos o seu significado, mas na intenção que nos levou a ofertar a denominação de Padre Gustavo Henrique Pereira Filho à Capela da nossa Casa de Leis. Vemos, pois, como as sementes à que se refere o Evangelho, caíram em terreno fértil.

Ao redigirmos este projeto de resolução, nosso coração transborda de tanta emoção e alegria que as palavras serão incapazes de traduzi-las. Esperamos, porém, o beneplácito e a tolerância de todos.

Padre Gustavo, como representante e Ministro de Cristo, permaneceu entre nós, para pregar a religião do bem e da verdade. Por armas trouxe a fé em Cristo e ao Evangelho. E nós que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia, aqui ficamos quais ovelhas à espera de um novo capelão que há de nos guiar através das campinas da vida, para nos levar ao redil celeste. E quem fala em sacerdócio, diz sacrifício. Sacrifício esse que sempre foi compensado por Padre Gustavo, não com recompensas materiais, mas com a alegria que sempre lhe encheu a alma, alegria essa que, temos certeza, foi o melhor dos galardões.

Padre Gustavo, após muitos anos de sacerdócio entre a população curitibana partiu para novas paragens onde outros sofredores reclamam sua presença. Na sua passagem por esta terra, soube sempre granjear a confiança e a simpatia de todos aqueles que recorreram ao seu saber, em busca de lenitivo para seus sofrimentos.

Nasceu no dia 12 de outubro de 1910, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, filho de Gustavo Henrique e Dona Maria Cordeiro Pereira.

Entrou para estudar no noviciado da Companhia de Jesus no dia 18 de março de 1947 em Pareci Novo, onde emitiu os primeiros votos como jesuíta no dia 31 de julho de 1949.

Foi ordenado sacerdote na Catedral de Porto Alegre no dia 29 de novembro de 1953.

Em 1955 iniciou a última etapa de formação na Companhia de Jesus fazendo a terceira provação em Pareci Novo.

No dia 15 de agosto de 1958 emitiu os últimos votos na residência dos Jesuítas na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Durante sua vida sacerdotal e religiosa, exerceu diversos ofícios e atividades.

Foi auxiliar da Santa Casa de Porto Alegre. Auxiliar do Assistente Eclesiástico dos Círculos Operários em Pelotas durante o ano de 1956. Em 1957 assumiu a orientação espiritual do Seminário Diocesano de Pelotas, onde permaneceu até 1958.

Desde jovem passou a residir em Porto Alegre, onde formou-se em medicina e, já com mais de trinta anos de idade, entrou para a Companhia de Jesus, ordenando-se sacerdote jesuíta. A partir daí, verificou-se que poderia ser médico de corpo e de alma.

Em 1960, a convite do saudoso Arcebispo Metropolitano Dom Manuel da Silveira D'Elboux, passou a residir em Curitiba, na Casa do Estudante Universitário (CEU), recebendo a incumbência de realizar um trabalho pastoral entre a juventude curitibana. Por isso, fundou em 1964 o Movimento Universitário Cristão (MUC), destinado à formação de Universitários e de vestibulandos nos ensinamentos cristãos.

Ainda na década de 60, Padre Gustavo lecionou pela cadeira de Deontologia Médica, na Faculdade de Ciências Médicas de Curitiba, e fundou o Grupo de Estudos Cristãos de Curitiba.

Foi professor da Faculdade de Medicina e de Direito de 1960 a 1975.

Exerceu a função de Capelão da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo do Estado do Paraná e do Palácio do Governo.

Aos domingos, Padre Gustavo realizava na Igreja do Rosário, a Missa do Universitário, às 11 horas.

A lei inexorável da vida nos impõe, em determinado momento, a perda de um ente querido. Neste momento conhecido, porém absolutamente negado, somos levados ao mais profundo desgosto e tristeza. Nada, nem mesmo a nossa fé e crenças religiosas parecem mitigar a dor que se abate sobre a alma e o coração.

O futuro sombrio e a lembrança de um passado iluminado fazem a presença do ausente, o Revmo. e saudoso Padre Gustavo, um ponto de referência a cada instante.

Quando se viveu de verdade, intensamente o presente, passando o momento da dor, fica a suave lembrança da vida e a certeza da presença eterna naquelas marcas dos bons momentos e da troca afetiva.

Estamos certos que todas as Sras. Deputadas, bem como os Srs. Deputados, colegas da nossa Assembléia Legislativa, compreenderão este modesto e humilde projeto de resolução, com a aprovação, por unanimidade, concedendo o nome de nossa capela de Padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 220/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube de Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, fundada em 22 de agosto de 2004, com sede no município de Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade civil sem finalidades lucrativas, políticas, partidárias ou religiosas, com prazo indeterminado de duração, sem jurisdição de área de abrangência, atendendo inicialmente às famílias da Vila Asa Branca, Campo Alto e Tabajara, congregando um número ilimitado de sócios e colaboradores.

A Associação tem por finalidade o resgate da cidadania, promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida familiar, representar os membros das famílias assistidas perante os Poderes constituídos, receber e administrar recursos de qualquer espécie ou natureza, os quais serão revertidos às pessoas e famílias assistidas pela associação, melhorar a qualidade de vida de pessoas necessitadas, administrar e manter depósito de gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para serem destinados aos assistidos e associados com maiores necessidades e, finalmente, trabalhar de acordo com a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social.

PROJETO DE LEI Nº 221/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Pesquisa Brasil - África, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Pesquisa Brasil - África, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de defesa à solidariedade entre os povos, combater as formas de preconceito e racismo, reunindo interessados em atividades educativas, culturais, sociais, econômicas, ambiental e científicas, apresentando trabalhos que possam servir às comunidades afro-descendentes e indígenas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 222/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Luiz Carlos de Lima.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um cidadão exemplar, figura humana maravilhosa e amigo sincero que está sempre pronto a ajudar a todos.

O Dr. Lima, como é carinhosamente chamado, paulista de nascimento, atuou com raro talento, dedicação e dinamismo como médico e diretor do Hospital e Maternidade Doutor Lima, onde busca com perseverança e seriedade a perfeição, procurando solucionar os problemas que lhe são afetos em face da ardorosa profissão que abraçou.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 223/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instalar uma Unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo único, a instalação de Unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi, Estado do Paraná.

Mais de 100 (cem) mulheres, por mês, registram queixa (notícia-crime) na Delegacia da cidade, vítimas de alguma violência doméstica.

Mas é muito maior o número de mulheres que optam pelo silêncio. Trata-se de um número preocupante para uma população de 50 mil mulheres.

Os números locais não diferem muito da incidência nacional. A cada quinze segundos uma mulher é espancada no Brasil, mostra um estudo de 2002, apresentado

durante encontro nacional para discutir a violência doméstica no Brasil.

Outro estudo recente feito pela DataSenado, indica que quatro em cada dez mulheres entrevistadas afirmam já ter presenciado algum ato de violência contra outras mulheres. Deste total, 80% das violências presenciadas foram violências físicas.

Os dados demonstram que a agressão praticada pelo homem contra a mulher está disseminada em todas as regiões e demais segmentos populacionais.

As cidades que possuem delegacias especializadas no atendimento a esse público, apresentam índices consideráveis de registro de redução da violência contra a mulher.

Hoje, tem-se no Brasil, cerca de 289 unidades de delegacias especializadas em mulheres, segundo jornal Folha de São Paulo, de 25.11.2004.

Ainda no mesmo jornal, foi há quase vinte anos a instalação inédita da primeira delegacia especializada no tratamento à violência das mulheres.

Os Governos Estaduais e as Polícias Civis dão pouca importância para as delegacias de atendimento às mulheres.

A Delegacia da Mulher, por ser especializada nessa área, dá também assistência às mulheres, pois possui pessoal especializado para tal tarefa.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares à aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

PROJETO DE LEI Nº 224/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, o imóvel situado à Praça Coronel Macedo, 316 - Centro - Antonina-PR, registrado no Registro de Imóveis sob o número de ordem 899/506, datado de 25 de outubro de 1916.

Parágrafo único. O imóvel descrito será utilizado pela Associação que atua na área de desenvolvimento e meio ambiente em áreas de preservação ambiental com ênfase na Mata Atlântica.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel mencionado era utilizado pela antiga Agência de Rendas e desde 1999 está sendo utilizado pela Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, que já possui um termo de cessão de uso.

Na época em que foi cedido o imóvel estava em avançado processo de degradação. Desde que se utiliza desse imóvel, há mais de cinco anos, a Ademadan desenvolve projetos sócio-culturais e ambientais e, hoje, mantém o prédio conservado e preservado.

A Associação tem parcerias importantes com o Porto de Antonina, com a Universidade Federal do Paraná e com outros órgãos governamentais, sendo um exemplo de trabalho sério, engajado nas políticas públicas estaduais.

Em nome da preservação desse patrimônio histórico e da população do município de Antonina, esta pauta merece a atenção e a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 225/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Km-10 e Bairros Vizinhos, com sede e foro no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Km-10 e Bairros Vizinhos, com sede e foro no município de Wenceslau Braz, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de promover o desenvolvimento da comunidade, orientando, auxiliando, prestando serviços, comercializando e amparando o associado e os demais cidadãos de Wenceslau Braz e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Boa-tarde, Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Queria saudar todos os que nos visitam e muito especialmente aos trabalhadores que lotam as galerias, representando as mais diversas entidades - a CUT, a CGT - enfim, todos os que estão acompanhando as discussões da Assembléia Legislativa em relação a este projeto de

interesse de todos nós, que é a questão do salário mínimo regional.

Esta Casa, por determinação do nosso Presidente, abriu espaço e várias entidades estiveram aqui se posicionando, falando a respeito dessa proposta para que tivéssemos garantido o princípio isonômico nesta discussão.

Serei breve. Falarei aqui como mãe, como dona de casa, como trabalhadora, como Parlamentar, ganhando um bom salário, salário pago pela população e tentando há muito tempo já, porque comecei a trabalhar desde menina, muito cedo, tentando entender esta matemática perversa da péssima distribuição de renda do nosso país. É humanamente impossível entender como muitos homens e mulheres, pais e mães de família, conseguem com extrema dificuldade dar conta minimamente de garantia de vida com salário de 350 reais. É uma matemática absurda que não cabe na cabeça de nenhum cidadão brasileiro.

Por isso, como Parlamentar do PMDB e da base de sustentação de apoio ao Governador Roberto Requião, com muita honra, eu diria que esse projeto, entre outros que já passaram pela Casa, é o que, sem dúvida nenhuma, me dá maior alegria em votar um salário mínimo regional entre 427 e 437 reais para os trabalhadores do Paraná.

Esta medida, sem dúvida nenhuma, paralela às outras de iniciativa do Governador Roberto Requião, que é a isenção do ICMS para as microempresas, diminuição do ICMS para as pequenas e médias, garantindo substancialmente aumento de empregos, porque são as pequenas e médias empresas que efetivamente garantem emprego no nosso Estado e no nosso país; outros projetos como redução de alíquota para compras dentro do Estado do Paraná e também os projetos de cunho social, numa abrangência extraordinária a milhares de famílias paranaenses, sem dúvida nenhuma o Paraná caminha na direção de dar mais dignidade às famílias paranaenses.

Ouvimos aqui vários empresários e tivemos - o Governador Roberto Requião teve - o apoio desses empresários quando mandou para esta Casa vários projetos como esses que eu já citei, melhorando substancialmente a vida das empresas. Esperamos agora que também os empresários compreendam que é hora de olhar para aqueles que garantem o progresso e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Queria dizer que ouvi aqui várias entidades - felizmente a maioria delas favorável ao novo salário mínimo regional, mas a Fiep, por exemplo, tentando nos convencer que esta medida implicará em quebras de empresas e desemprego, contrariando a lógica da economia de que os trabalhadores ganhando mais consomem mais, podem comprar mais, comprando mais se produz mais e este movimento, sem dúvida nenhum, vai aquecer, não tenho dúvida, estou convencida que aquecerá a economia no Estado do Paraná.

Existem cálculos do Dieese que o salário mínimo que o trabalhador deveria ganhar, se eu não estiver enganada, é por volta de 1.310, 1.320 reais, portanto, esse

salário proposto ainda estará muito aquém daquela que os trabalhadores merecem, deveriam ganhar para que tivessem uma vida um pouco mais digna, porque se vai melhorar, não resolve.

Era isso, Sr. Presidente, contem com o PMDB, contem com o apoio desta Deputada, agora, sempre, em todas as causas, em todas as lutas em defesa dos trabalhadores do meu Estado, do meu país!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão dos nossos visitantes para que a Sessão transcorra normalmente.

Com a palavra, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Evidentemente que antes de falar do motivo que subo à tribuna mais uma vez, porque já fiz mais de dez vezes, desta tribuna, dizendo que meu voto é sagrado nos 437 reais.

Agora, não fiquei muito feliz ontem, lá na Praça Nossa Sra. da Luz, quando um colega, Deputado daqui, Deputado Mauro Moraes, disse perante toda aquela população que se o voto fosse secreto ninguém votaria os 437 reais porque todos os Deputados já se manifestaram a favor da Mensagem do Governo. Vamos parar com demagogia neste país!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, tivemos então a segunda audiência sobre a questão da usina à gás que foi construída em Araucária, com a participação da El Paso, com 60%, a Copel com 20% e a Petrobras, 20%.

Semana que passou ouvimos os representantes da Copel, requisitamos documentos que ainda não vieram, veio, parcialmente hoje, em inglês. Pedimos que viesse com a conversão em português mas para causar mais um pequeno empecilho mandam em inglês.

Hoje, ouvimos o Presidente da Compagas que confessou, na Comissão, que a Copel, na época, fez um negócio justo. A Copel Distribuidora fez uma negociação com a Compagas; agora, por sua vez a Copel negociou com a Compagas 176 milhões de reais a serem pagos a partir de 2010.

Registramos, ainda, uma mensagem que vem do Governo do Paraná para que se compre a parte da El Paso que é de 190 milhões de dólares e esta Casa terá que decidir. Por isso a Comissão de Fiscalização tem trabalhando muito, inclusive hoje fomos pessoalmente na obra em Araucária e registramos a ausência do Procurador do Estado que justificou que teria um compromisso com a escola do Governo. Tivemos também a ausência do Ministério Público que estava convocado. Por que queremos isso? Porque se o contrato era lesivo o Estado deveria ter denunciado sob ponto de ter prevaricado em uma

posição contrária ao interesse do Estado do Paraná. E queremos saber do Ministério Público quais as ações que teria tomado em relação a isso. Também estava convocado o ex-Presidente da Copel, Ingo Hubert, que justificou dizendo estar em viagem.

Então, todas essas pessoas que faltaram hoje ficaram auto convocadas para a semana que vem, dia 09, e também por solicitação do Deputado Reni Pereira houve a solicitação do envio dos contratos entre a Compagas, a Copel, a Petrobras para que esta Casa possa, através da Comissão de Fiscalização e Controle, elaborar um relatório para dar subsídios a este Plenário, para saber como se comportar no momento de votarmos a compra, ou não. Agora, é preciso dizer, foram comprados equipamentos que não têm nenhum fundamento, não havia necessidade. E a própria empresa que recomendou para que se comprasse esse equipamento de 43 milhões de dólares, agora diz que não precisa mais. E também é preciso registrar que na época os contratos foram elaborados dando a plena responsabilidade técnica à Copel simplesmente, quer dizer à El Paso, que é majoritária e a Petrobras que tinha patrimônio acionário igual, não tinha essa responsabilidade. E também fica mais uma vez registrado que a Copel tinha apenas 20%. Então, nessa análise e naturalmente com calma, vamos chegar lá e ter um voto muito consciente aqui na Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e companheiros que acompanham hoje a Sessão.

Entendemos, assim como já foi dito pelo Deputado Neivo Beraldin, que todos os 54 Deputados vão votar a favor do salário mínimo, assim como toda a Bancada do PT.

Então, esse já é um compromisso assumido há bastante tempo e certamente, companheiros, nesta votação não teremos votos contrários e nem ausência, como infelizmente tivemos na votação que propunha o fim do nepotismo no Estado do Paraná.

Faço uso desta tribuna hoje, porque assim como o Deputado Neivo Beraldin, parece-me que é necessário, antes de votarmos a autorização para que o Governo possa comprar a parte que cabe hoje à El Paso na usina UEG, que saibamos duas coisas. Também o Deputado que foi Presidente da CPI da Copel, Deputado Marcos Isfer, durante essa CPI, tínhamos, no sub-relatório feito pelo Deputado Iensen, uma informação, que se a UEG fosse colocado em funcionamento, ela explodiria, se a UEG fosse colocada em funcionamento, ela levaria um transtorno, inclusive, porque a OMS dizia que derrubaria

todo o sistema elétrico nacional, que o gás vindo da Bolívia era um gás que não servia.

Ora, hoje temos duas situações: uma colocada no dia de ontem, que as usinas, tanto os campos de petróleo, como os campos de gás, foram estatizados, na Bolívia. Portanto, não temos mais a garantia de recebermos esse gás.

Segundo, que precisamos saber se de fato irá explodir essa usina e, por que estamos comprando, se ela vai explodir? Ou se não vai explodir, por que foi dito que explodiria?

Terceiro, que é a minha maior preocupação, Sr. Presidente, precisamos saber disso, os nossos visitantes estão aqui, companheiros do movimento sindical, especialmente, os meus companheiros bancários. É fato que o Governo do Estado do Paraná contratou um escritório de advocacia de Brasília, Pinheiro Neto, pagando cinco milhões e novecentos mil reais, e entrou com uma demanda para romper o contrato unilateralmente, em Paris. Teria hoje, segundo esses mesmos advogados, falei inclusive há quinze dias atrás com um Diretor da Copel, ele me informava o seguinte: Se não dermos autorização, a Copel irá perder, em Paris, no Arbitral, oitocentos e setenta milhões de dólares de multa.

É preciso que esta Assembléia saiba de quem é a responsabilidade, porque não vamos engolir com farinha essa história. Não dá para chegar aqui e dizer que agora temos que comprar, simplesmente porque ficou boa, Deputado Neivo Beraldin. Não dá para engolirmos isso. Se o Governo do Estado errou, se o Governo do Estado levou essa pendência por um caminho não recomendável, inclusive, pelo Pinheiro Neto e, resolveu, à revelia, levar no peito, como algumas vezes é muito comum no Governo, indo contrário a tudo que o bom senso indicava, dizendo inclusive que o Governo Lula era covarde porque não rompia contratos, que o Governo Lula não era um Governo sério porque mantinha contratos com diversos setores da economia e que fez à revelia do povo do Paraná, um rompimento que a Copel agora está sendo ameaçada de ter que pagar oitocentos e setenta milhões de dólares, ou seja, um bilhão e setecentos milhões de reais, ou seja, mais que o seu patrimônio, está sendo ameaçado de quebrar.

Precisamos ouvir do Governador se isso é verdade, por que se for, quem fez isso tem que responder por crime de responsabilidade.

Não é possível que esta Assembléia, simplesmente, seja adulada e, seja colocado um docinho, um melzinho na sua boca e ela vote uma autorização sem que saiba se é verdade ou não esta informação que tenho.

Quero saber, Deputado Rossoni e demais Deputados, do Líder do Governo inclusive, que acho que é o porta-voz do Governo, Deputado Dobrandino, que é uma pessoa que tem sempre se pautado por trazer as informações para esta Casa.

Um bilhão e setecentos milhões dariam milhares de salários mínimos, é preciso que a gente entenda isso.

Quantos milhões de salários mínimos não estaremos colocando no ralo se de fato perdermos uma pendência de um bilhão e setecentos milhões de reais?

Acho, Sr. Deputado e senhores visitantes, que não podemos ser enganados aqui dentro; vou a favor da autorização se essas perguntas forem respondidas, porque tenho um mandato, tenho responsabilidade e não vou, em hipótese alguma, trair o povo do Paraná com um grande engodo, com uma grande mentira.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna hoje, por três bons motivos: primeiro, dizer que sou fervoroso defensor do novo salário mínimo regional. Estamos juntos tentando provar para as federações e para os sindicatos que há condições desse aumento, diferentemente do que diz o Governo Federal.

Hoje pela manhã, fizemos uma reunião com vários prefeitos da região Central do Estado, com o Prefeito do Mato Rico; Prefeito Boa Ventura, de São Roque; Campina do Simão, Roncador, Palmital e fizemos uma pesquisa que a Petrobras, no ano de 2000, conseguiu comprovar que o Paraná é um dos melhores produtores de gás do Brasil. E naquele ano que a Petrobras já poderia ter aberto esse postos de Petróleo, tivemos uma ênfase com a chegada do gás da Bolívia. E buscamos pontualmente que fosse votado não só a instalação de uma termoelétrica naquela época, mas a Petrobras justificou que não teria condições técnicas juntamente com vários Deputados que representam aquela região, neste momento Deputado Artagão, Alexandre Curi, de estar lá, porque não seria economicamente perfeito, que o gás da Bolívia seria mais conveniente. Hoje, temos doze postos de gás perfurados, todos eles lacrados com a possibilidade da exploração imediata de um milhão de metros cúbicos por dia na nossa região próximo de Ipitanga.

Isso para nós seria, comparativamente ao que está ocorrendo neste momento no Estado de São Paulo, que já disseram que o gás vai ter 30% de aumento para as usinas e para as indústrias. Algumas indústrias brasileiras estarão inviabilizadas se ocorrer isso, porque a concorrência internacional, principalmente no setor metal-mecânico, é baseada no custo benefício desses equipamentos. Venho solicitar em plenário que seja votado até uma solicitação para a Petrobras, que seria um investimento mínimo visto que os postos e as canalizações já estavam comprados na época com os postos prontos. O que precisávamos era apenas da autorização formal da Petrobras para que fosse, não só industrializado no setor Pitanga, Mato Rico, Campina do Simão e que via-

bilizaria de imediato quase quinhentos empregos naquela região e tiraria com certeza do risco que estamos correndo neste momento, com a estatização novamente do gás da Bolívia, trazendo um desespero a grandes indústrias, principalmente no setor da Região Metropolitana de Curitiba, no setor de cerâmica, que uma só cerâmica emprega quase oitocentas pessoas.

O Diretor da empresa que falamos hoje pela manhã, foi muito claro. Disse que caso haja esse caos no fornecimento de gás que está previsto, ele, obrigatoriamente, dará férias para todos os funcionários, paralisando a indústria da região da CIC, da região de Campo Largo, principalmente da Região Metropolitana nas indústrias de maior porte que se utilizam disso.

Por isso, essa reunião que iremos promover junto com a Petrobras a partir desse requerimento, ainda marcar com o Diretor-Presidente em Brasília, porque me passaram que o Diretor daqui do Paraná não tinha autonomia para definir isso. É um orçamento tão pequeno que tínhamos; foi gasto na época 38 milhões de dólares para pesquisa e exploração. E nós precisávamos, na época, de mais de oito milhões para instalarmos o envasamento desse gás para o transporte. Seria muito simples. E para a nossa região que tanto sabemos que é muito pobre, uma região que muitas dessas cidades nem asfalto têm, seria a redenção como o petróleo foi para tantos países, como está sendo agora que a Petrobras tem anunciado a independência neste momento, mas com plena consciência que temos condições, a pesquisa nos mostrou que teríamos mais vinte cidades na plataforma do mesmo eixo de exploração de gás e que teríamos, sem sombra de dúvida, em menos de um ano, a segunda maior bacia de exploração de gás do país, só perdendo para a Bacia de Campos.

Por isso, estou encaminhando e peço o apoio desses Deputados. Vamos marcar junto com os nossos membros da Petrobras - aqui temos um representante oficial, meu amigo Deputado Stica - junto com todos os demais Deputados que estejam preocupados com esse setor, mas venho pedir o apoio neste momento, e dizer que estaremos juntos para votar em breve o salário mínimo regional.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Neste momento vamos ouvir as entidades, conforme a programação estabelecida pelo Deputado Hermas Brandão, nosso Presidente. As entidades aqui representadas terão espaço para falar no Grande Expediente. São duas entidades: a Ocepar - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, cujo Presidente, Dr. João Paulo Koslovski fará uso da palavra; e também o Presidente da FAEP, Dr. Ágide Meneghette que também fará uso da palavra por trinta minutos, quinze minutos cada entidade.

Gostaria de convidar o Sr. João Paulo Koslovski, Presidente da Ocepar.

Sr. João Paulo Koslovski - Presidente da Ocepar

O SR. JOÃO PAULO KOSLOVSKI

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi que preside esta Sessão, demais Parlamentares, senhoras e senhores.

Queremos, em nome da Ocepar, agradecer a oportunidade de podermos aqui estar no sentido de expormos aos Srs. Parlamentares os impactos do salário mínimo regional no setor rural, em função de tudo aquilo que está acontecendo na agricultura. E para nós é sumamente importante vir aqui e apresentar os números para que os senhores conheçam com profundidade.

Na primeira lâmina que os senhores têm, vemos aqui uma queda na produção de grãos por adversidades climáticas que tivemos no país. Nos anos de 2004-2005 o Brasil previa produzir 131 milhões de toneladas, e colheu 113, o que significa uma perda de dezoito milhões de toneladas. Dessas dezoito, seis milhões de toneladas foram perdidas aqui no Estado do Paraná. Para complicar a situação na última safra, estávamos prevendo a nível de Brasil 124 milhões de toneladas, o país colheu 118, e o Paraná perdeu, até agora, quatro milhões de toneladas. Isso significa que em duas safras perdemos dez milhões de toneladas, quase meia safra de grãos produzidas no Estado do Paraná.

Na sequência, queremos mostrar o Produto Interno Bruto da agricultura. A agropecuária em 2004 teve um faturamento de 170 bilhões de reais, e em 2005 o Produto Interno Bruto da agricultura caiu para 153 bilhões de reais, uma perda extremamente significativa de 10% no PIB da agricultura.

No próximo quadro mostramos o descasamento entre a produção de grãos do país, que é essa linha azul, com relação à alocação de recursos de crédito rural. Então, os senhores vejam que desde 1977 houve um crescimento e depois houve queda de alocação de recursos e aqui houve um crescimento, crescimento esse motivado pelos recursos livres que foram colocados à disposição do setor para produzir.

Em 2003, tínhamos apenas 18% de dinheiro mais caro para a agricultura. No último ano 28%. Isso significa que aumentou o custo de produção.

Na próxima lâmina mostra o volume de recursos que foi concedido por tonelada de produto produzido.

Em 1977, em torno de dois mil reais. Hoje, em torno de 250 reais por tonelada de produto produzido.

No próximo quadro temos uma visão do efeito dólar em relação ao setor. Em 2003, o nosso custo foi baseado num dólar de 2,93 e a receita em 2,99 positivo. Foi muito bom para o setor.

Em 2004, houve uma inversão 2,92 e a receita 2,55. E na última safra o custo de 2,30 e a receita em

2.15. Houve uma transferência brutal de recursos em relação à compra de diversos fatores de produção.

O próximo quadro mostra a evolução do IPCA. O IPCA, em nível geral, cresceu 25% desde janeiro de 2003, enquanto o IPCA-alimentos cresceu apenas 14%. Mais uma perda.

Em relação ao poder de troca da agricultura temos aqui, desde 2003, que houve uma perda na soja de 140% até 2005. Precisávamos 6.159 sacas de soja para comprar uma colheitadeira. Hoje precisamos quatorze mil sacas.

Em relação à troca - o efeito do diesel que é controlado pelo Governo. Em 2003, para comprar mil litros de diesel precisávamos 38 sacas de soja. Hoje, precisamos de 74 sacas. Perda de 95%.

Em relação à troca no milho - para adquirir uma tonelada de fertilizante em 2003, cinquenta sacas de milho. Hoje, precisamos de 66 sacas. Perda de 31% no período.

Em relação ao boi gordo: precisávamos de 1,7 arrobas para adquirir um rolo de arame farpado. Hoje, precisamos de 2,8 arrobas. Perda de 61%.

Em relação ao frango: precisávamos 9,5 quilos para pagar 100 kW de energia elétrica. Hoje, precisamos de 15,8 quilos de frango para pagar os mesmos 100 kW de energia.

Em relação a suínos: precisávamos 46 quilos para construção de 1 m² de benfeitoria para terminação. Hoje, precisamos de 81,7 quilos.

E aqui está a relação de troca do milho em relação ao salário mínimo. Em 2006, com o salário de trezentos reais precisávamos de 25 sacos para pagar o salário mínimo. O salário do Governo Federal, 32 sacos. E o salário proposto pelo Governo Estadual, 39 sacas para pagar o salário mínimo.

Também em relação ao frango, precisávamos em 2003, 167 quilos de frango para pagar o salário mínimo. E aqui, em 2006, 250. O salário do Governo Federal, 312, e a proposta estadual, 381 quilos de frango.

Aqui está o custo de produção das três principais culturas. O azul é a soja; o vermelho, o milho e o trigo, desde 1994. O custo de produção dos principais produtos cresceu desta forma. Agora, a receita, observem em contrapartida, a receita dos três produtos cresceu o inverso. Se fizermos uma contrapartida entre o custo que pagamos e o que recebemos, dá para verificar a perda do produtor.

Aqui, temos a posição em relação aos preços versus os custos de produção. O custo total, no caso da soja: hoje a receita que está aqui não cobre o custo operacional. Isto significa o desembolso que os produtores tiveram para plantar sua lavoura.

Em relação ao trigo, estamos quatro safras seguidas em que a receita não cobre o custo operacional. Isto significa que o produtor está somando prejuízos a cada ano, nesta cultura. Há quatro safras ele vem acumulando prejuízos.

Aqui temos o milho. Mesma coisa. Três anos seguidos, o custo operacional é a receita no próprio custo operacional. Então, prejuízo para o produtor.

E para quase concluirmos, aqui está o saldo anual de empregos diretos gerados pela agricultura. Terminamos o ano de 2004 com uma perda de 79 mil empregos a nível nacional. Somando-se doze mil novos empregos menos doze mil, estamos com cem mil empregos perdidos na agricultura no último ano.

Isto significa, realmente, uma situação muito grave no setor da agricultura. E eu queria dizer que estamos sentindo isso na carne, no momento em que já temos cooperativas que fizeram negociações com sindicatos, reduzindo as horas trabalhadas e reduzindo o salário na mesma proporção, para poder manter os empregos e não desempregar os trabalhadores. Em alguns casos, até tivemos cooperativas que desempregaram trabalhadores porque não têm receita suficiente para manter os produtores.

E para concluir, queria deixar esta pergunta: Srs. Deputados, é possível, neste momento, com tudo o que apresentamos de dificuldades, acrescentar 45% no valor do salário mínimo?

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Só um minutinho! Só um minutinho!

Queremos agradecer a presença de todos, mas vou dar uma posição bem clara, aqui: todas as entidades tiveram espaço para se manifestar nesta Casa, que é democrática. Não vamos permitir que as entidades não possam manifestar-se. Se houver manifestação por parte das galerias, vou suspender a Sessão e não teremos como prosseguir.

Com a palavra, Dr. Ágide Meneghette, pela FAEP.
(Continuam as manifestações nas galerias)

Solicito que possam ouvir, porque esta Casa é democrática. Então, é preciso ouvir todas as opiniões e respeitá-las. Peço a compreensão. Agradecemos a presença de todos, mas é preciso que tenhamos condição de ouvir todas as entidades.

Com a palavra, Dr. Ágide Meneghette.

O Sr. Ágide Meneghette (Presidente da FAEP)

O SR. ÁGIDE MENEGHETTE

(Lê):

“Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Governo do Estado encaminhou projeto de lei a esta Casa propondo um piso salarial para trabalhadores paranaenses bem acima do novo salário mínimo de R\$ 350,00, fixado pelo Governo Federal.

É louvável a intenção do Governo do Estado de que os nossos trabalhadores possam ganhar mais que os trabalhadores do resto do país.

Contudo, é preciso saber se esta boa intenção tem correspondência real com a capacidade econômica e financeira dos empregadores. Se é realmente possível pagar o que se pretende ou se essa boa intenção não pode criar uma situação bem diferente para os trabalhadores, gerando desemprego, por exemplo.

Quero abordar com os senhores a situação que pode ser criada com o piso salarial proposto de R\$ 427,00 para os trabalhadores rurais. Tecer algumas considerações em face da crise da agropecuária, da queda de renda dos produtores e do desemprego que a proposta fatalmente vai desencadear, conforme pesquisa realizada pela Faep.

Em fevereiro deste ano, a Faep encomendou uma pesquisa para saber como os produtores rurais recebiam a proposta do piso salarial.

De acordo com essa pesquisa, 62,15% dos produtores empregadores ouvidos - em pesquisa restrita - afirmam que vai haver demissões em suas propriedades caso entre em vigor o novo salário mínimo do Governo do Estado.

A razão é compreensível. Em primeiro lugar as atividades rurais não são tão rentáveis como muitos pensam. Pelo contrário, a produção rural está sujeita a fatores diversos, como clima, política macroeconômica, concorrência internacional, falta de infraestrutura adequada e disposição dos compradores internos e externos.

O produtor rural trabalha num mercado imperfeito em que milhares e milhares de agricultores oferecem ao mesmo tempo um mesmo produto a um pequeno número de grandes compradores. Como é de se esperar, não é o produtor que faz o preço de seu produto, mas este mercado imperfeito submetido às pressões das corporações multinacionais e às condições de produção do mundo inteiro.

Para agravar ainda mais a posição da atividade rural paranaense é preciso levar em conta a nossa estrutura fundiária. Cerca de 85% das propriedades rurais do Paraná têm até cinquenta hectares. Isto é, são em geral pequenas e médias propriedades que em tempos normais têm rentabilidade reduzida.

E mais grave ainda, a agropecuária paranaense - tal como a brasileira - está em crise desde o segundo semestre de 2004 quando os preços internacionais caíram e nossa moeda foi sobrevalorizada.

Com a queda do dólar, os produtores de trigo - que são também produtores de soja e milho, na sua grande maioria - colheram uma safra de três milhões de toneladas e arcaram com um grande prejuízo. O trigo nacional teve dificuldades de comercialização e foi vendido abaixo do preço mínimo de R\$ 24,00. O mesmo se repetiu em 2005, com a saca de trigo sendo vendida abaixo de R\$ 19,00, que infelizmente deve ocorrer também este ano.

Com o câmbio defasado, é mais barato para o moinho importar trigo da Argentina do que comprar o trigo do Paraná pelo preço mínimo.

Os produtores da safra de verão foram plantados em 2004 com um dólar de R\$ 3,10, o que aumentou consideravelmente o custo de produção, em razão do aumento do preço do petróleo, com impacto direto nos preços dos combustíveis e dos fertilizantes e agroquímicos importados, mas safra foi colhida no primeiro semestre de 2005 com um dólar a R\$ 2,40 e baixam, até chegar a R\$ 2,12 no início deste ano.

Some-se às difíceis condições de comercialização a ocorrência de três anos de sacas consecutivas que reduziram substancialmente a nossa produção. E para agravar ainda mais a crise do setor, a ocorrência de febre aftosa derrubou os preços das carnes de bovinos, suínos e aves e do leite.

Para que os senhores tenham uma idéia do que tem sido esta queda de preços, basta cotejá-los:

No primeiro semestre de 2004 uma saca de soja estava sendo vendida a R\$ 45,00 e hoje não passa de R\$ 23,00, uma diferença de 51%, quase metade. O milho de R\$ 18,00 caiu para R\$ 12,50, 30% menos.

O trigo, que tem o preço mínimo de R\$ 24,00 tem sido vendido com dificuldades no máximo a R\$ 19,00 em duas safras, ma redução de 21%.

O preço da mandioca despencou de R\$ 160,00 a tonelada para R\$ 85,00, menos 53%. A arroba do boi caiu de R\$ 69,00 para R\$ 45,00 uma queda de 35%. A carne suína de R\$ 2,50 o quilo para R\$ 1,16 uma queda arrasadora de 54% e o quilo do frango de R\$ 1,44 para R\$ 1,00, queda de 31%.

A previsão que esses preços não vão reagir tão cedo e este cedo significa este ano e ano que vem, enquanto perdurar os efeitos dessa política cambial suicida.

Assim, produtores rurais estão sofrendo grandes prejuízos reconhecidos pelo Governo Federal, tanto que o crédito agrícola foi prorrogado em diversos casos a partir de 2005, além de haver sido criada uma linha de financiamento com recurso do FAT para permitir que fossem honrados os débitos dos produtores com os fornecedores de insumo, mas que teve sucesso apenas parcial em face das normativas inadequadas.

Mesmo com os alongamentos anunciados pelo Governo Federal, as medidas são tímidas e insuficientes ante a gravidade da crise. Apenas transferem para o ano que vem a agonia do produtor rural, sem resolver o problema.

O quadro da agropecuária paranaense fica, então, assim configurado:

- em virtude dos preços recebidos - consequência da política cambial - os produtores rurais não conseguem renda suficiente para pagar suas dívidas, que vêm se acumulando desde o segundo semestre de 2004. Contando com a safra de inverno já plantada, são dívidas de cinco safras: duas de verão e três de inverno;

- sem renda e sem condições de pagar as dívidas acumuladas com os bancos e fornecedores, os produtores perdem o crédito, o que é comprovado pela redução dos

financiamentos de crédito rural com juros controlados de 8,75% da ordem de R\$ 2,3 bilhões em 2005.

- ao que tudo indica o Governo Federal não vai alterar a sua política cambial; ao contrário, com a isenção do Imposto de Renda para recursos estrangeiros na aquisição de títulos da dívida pública a previsão dos economistas é que o valor do dólar vai cair ainda mais em 2006 e 2007.

Dadas essas condições, é mais do que claro que os produtores rurais não terão condições de arcar com o pagamento do novo salário mínimo proposto pelo Governo do Estado.

Para demonstrar esta impossibilidade, basta apresentar o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná nos três últimos anos, a Valores Constantes, corrigidos pela inflação, que mostra nitidamente a redução do faturamento dos produtores rurais, com a agravante de não levar em conta o aumento no custo de produção e, portanto, da queda de renda mais do que proporcional.

O Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná foi de R\$ 32,5 bilhões em 2003. Caiu para R\$ 31 bilhões em 2004, quando começou a crise e no ano passado despencou para R\$ 24 bilhões, uma queda de mais de R\$ 8,5 bilhões, 26% a menos que um ano normal como 2003. Esse valor de R\$ 24 bilhões deve se repetir este ano. São dados do Deral da Secretaria da Agricultura do Paraná.

Preocupada com a crise da agropecuária e com a proposta do Governo do Estado, a Faep encomendou a pesquisa que ouviu 1.862 produtores, entre os dias 6 e 15 de fevereiro último, para conhecer as disposições deles. O resultado, em síntese, é o seguinte:

- ano de 2005 foi pior do que o produtor esperava para 76,62%;

- as perspectivas para este ano são ruins ou péssimas para 50,54% e regulares para 31,26%;

- a renda da propriedade este ano vai ser pior para 53,17% e igual para 23,85%. Atente-se para o fato de 2005 já ter sido um péssimo ano;

- 46,28% não vão conseguir pagar uma parte das suas dívidas e 25,74% não vão conseguir pagar dívida nenhuma, somando 72,02% os que terão alguma forma de problema com crédito;

- 87,27% dos produtores não terão condições de adquirir máquinas e equipamentos;

- na pesquisa restrita a produtores empregados, 32,77% vão demitir em face da conjuntura, e 62,71% vão permanecer com o mesmo número de funcionários;

- mas se o salário mínimo de R\$ 427,00 proposto pelo Governo do Estado for aprovado, a intenção de demissões sobe para 62,15% na pesquisa com produtores empregadores.

Comparado com o salário mínimo de R\$ 300,00 em vigor até o mês passado, o piso salarial do Governo do Estado representa um aumento nominal de 42%, contra um aumento de 16,6% garantido pelo Governo Fede-

ral com o salário mínimo de R\$ 350,00, para uma inflação de 5,05% no ano passado.

O Paraná é um importante estado agropecuário. Produz 20% de toda a produção de grãos do país e representa 16% do PIB agropecuária brasileiro.

O número de trabalhadores rurais assalariados é 420 mil empregados no Estado, um número expressivo.

Face à crise agropecuária que aumentou custos de produção e reduziu renda, somada à seca e à dificuldade em alongar as dívidas além das tímidas propostas do Governo Federal, a alternativa do produtor rural empregador rural é demitir.

A situação agrava-se ainda mais, com o aumento no percentual dos produtores que serão obrigados a demitir empregados, caso seja aprovado o projeto de lei aumentando para R\$ 427,00 o piso salarial no campo.

Por tudo isso, peço que V. Exas. reflitam bem a respeito desse projeto do Governo do Estado. A boa intenção de melhorar o ganho dos trabalhadores conflita com as condições reais do setor, que mesmo nos tempos de normalidade encontra dificuldades para proporcionar aos seus empregados aquele piso salarial proposto pelo Governo do Estado.

Se aprovado o piso, fatalmente haverá demissões e, num segundo momento, quando ultrapassada a crise, a mecanização sacramentará o desemprego, acelerando um processo que pode ser mais lento e menos doloroso para a classe trabalhadora”.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É muito bom a vivência neste Parlamento, porque esta Casa é a Casa do contraditório. Aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o local apropriado para que se exponha claramente as opiniões divergentes. Por isso, diz-se que a Assembléia Legislativa do Paraná e as outras demais, são o “pulmão da democracia”, exatamente por essa pluralidade de opiniões, a expressão do sentimento das pessoas, a oportunidade que cada um tem de claramente expor as suas idéias e enunciar o seu sentimento. E esse assunto que estamos debatendo sobre a questão do salário mínimo é um assunto palpitante, porque mexe com a economia do povo do Paraná, mexe com todos os setores, mas mexe, sobretudo, com os mais fracos, os menos favorecidos pela sorte. E é exatamente por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que iremos votar esse projeto de lei e iremos aprová-lo, porque sabemos que tem gente que é contrária a ele e, com toda a sinceridade, aqui nesta tribuna usaram o microfone com argumentos muitas vezes convincentes, mas sabemos que a grande maioria do povo do Paraná é favorável, a classe trabalha-

dora é favorável a esse projeto do Governador Requião, que precisa ser aprovado e será sem sombra de dúvidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna também neste momento para falar sobre uma notícia divulgada pela imprensa durante a semana passada. É evidente que hoje não é um dos dias mais felizes da minha vida! Sempre acostumados ao embate político, às defesas intransigentes dos meus pontos de vista, era justamente isso que gostaria de estar fazendo nesta data e aqui neste local, onde costumeiramente utilizei para expressar a minha opinião, para elogiar e para criticar.

Também sei, Sr. Presidente, que sou uma pessoa firme nas minhas posições, nunca servi para laranja, nunca fui “meia-boca”, sempre fui uma pessoa por inteiro, na vida pessoal e na política. É evidente que as minhas posturas contrariaram muita gente durante a minha caminhada política. Questionei muitas pessoas, pessoas essas que hoje possuem contrariedade em relação às minhas ações políticas de pessoa pública. Portanto, agora essas mesmas pessoas devem estar com a armação perpetrada contra mim.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, estou absolutamente tranquilo, sereno e em paz com a minha consciência, nada fiz de errado. Tenho certeza que essa armação política será facilmente destruída pela força da verdade e pela força da justiça.

(Aplausos)

Não há caminhada sem pedras e sem espinhos. Estou compreendendo que esse fato se trata de um obstáculo colocado na minha caminhada e que facilmente removerei, pois acredito nas instituições, acredito na justiça e acredito na verdade. Essa armação, numa véspera de eleição, contra a minha pessoa, contra o meu Partido, o PMDB, contra o Governador Requião, tem objetivo claro de atingir politicamente (...)

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB:

(...) basta olhar o libelo produzido em Porto Alegre, Sr. Presidente, para verificar a falta de consistência, a irresponsabilidade, um documento político e não jurídico e com o único intuito de criar constrangimentos pessoais. A história se repete e vai se repetir outras vezes com outras pessoas que foram injustiçadas em suas caminhadas. E talvez tenhamos contribuído para isso também.

O Legislativo, entre todos os poderes, é o mais transparente, onde as divergências são públicas, esmiuçadas através da tribuna desta Casa. Aqui não se guarda segredo, aqui é público, aqui se fala claramente nesta tribuna para o Paraná, para a imprensa, clara e abertamente, sem se esconder.

Nesta vida nada acontece por acaso. Eu e o meu Partido, o PMDB, já passamos por tantas provocações e provações, por tantas lutas, e vamos superar mais essa de cabeça erguida, com respeito ao povo do Paraná, à ética, à sensatez e à decência.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, é claro que estou falando também de uma armação política contra a minha família. A imprensa divulgou, setores da imprensa divulgaram que nós teríamos, aqui, nesta Casa, deixado de aprovar uma lei por interesses pessoais ou escusos, inclusive, relacionando a minha esposa como uma beneficiária desse ardil.

Ora, a minha esposa é formada em Ciências Contábeis pela FAE; formada em Direito pela Faculdade Positivo; funcionária de carreira desta Casa. Ingressou neste Poder em 1985, oito anos antes de eu ser Deputado Estadual. Funcionária de carreira desta Casa. E foi colocada, esmiuçada a sua vida como se fosse uma funcionária-fantasma. E aqui dentro desta Casa, dentro deste Poder, com exceção daqueles que não gostam de mim, todos sabem que estou falando a verdade, que se há uma pessoa que trabalha, que cumpre com as suas funções e com as suas tarefas, é a minha esposa; pessoa qualificada profissionalmente, capacitada e que entrou para a Assembléia sem o meu beneplácito, porque não precisa da minha ajuda, pois se trata de uma pessoa qualificada profissionalmente. Não tenho vergonha de defendê-la, porque é uma funcionária de carreira desta Casa, do quadro de pessoal deste Poder, não é de cargo em comissão e muito menos precisou de favores para estar aqui, porque se trata de uma pessoa qualificada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compreendo os ataques, compreendo a armação, entendo, é o jogo político, é véspera de eleição. Eu sei, compreendo e não reclamo da imprensa. A imprensa tem todo o direito de divulgar as informações, de noticiar, de informar a opinião pública. Talvez o que a imprensa não tenha é o direito de distorcer as informações. É de fazê-la chegar cabalmente, integralmente da forma clara, cristalina para que não sejam distorcidas.

Sr. Presidente, é lógico que neste período que antecede às eleições podemos esperar de tudo de pessoas que não medem as consequências de seus atos. Nunca, em toda a minha vida pública, sofri qualquer tipo de processo judicial. Nunca, na minha vida pessoal, sofri qualquer tipo de processo judicial, jamais. Tenho minha vida limpa, graças a Deus, e será limpa até o final dela. Jamais irei decepcionar os eleitores, a população, a região que represento. Falo em alto em bom tom e falo com emoção, Sr. Presidente, porque foi tão difícil chegar aonde cheguei, foi tão difícil esta luta que empreendi, foi tanto empenho que coloquei nos meus dias, nas minhas mãos, no meu trabalho, para ver tudo isto, de um momento para outro, ser jogado assim da forma como foi noticiado, sem fundamento, sem lógica, que qualquer análise, por mais mediana que seja a inteligência, cabalmente destrói qualquer argumento, como foi colocado nesta farsa, nesta armação que foi produzida contra a minha pessoa, contra o meu Partido, para tentar atingir o Governo do Paraná.

Quero aqui dizer que estou tranquilo, estou sereno. É evidente que fiquei triste com a repercussão da notícia, não com o fato em si, não com a matéria em

si, porque dele, como já disse, tenho tranquilidade, motivo de sobra, argumento de sobra para destruí-lo com a maior simplicidade. Porém, a repercussão da matéria tentando destruir a nossa imagem construída ao longo desta vida pública.

Este procedimento já ocorreu em 2002, na véspera da eleição passada - a mesma armação que hoje está estampada nos jornais e nos meios de comunicação. E naquele momento o Ministério Público Federal sequer ofereceu denúncia, porque não merecia credibilidade.

Estranhamente, agora, às vésperas de eleição, de novo, quatro anos depois aparece o mesmo assunto requeentado e aí com esta dimensão que teve em toda a imprensa do Paraná.

Tenho certeza, convicção absoluta que isto tudo se encerrará o mais breve possível - vou lutar com todas as minhas forças para isto. Este é o fato que eu mais quero neste momento - restabelecer a minha honra, a dignidade da minha vida e da vida da minha família para que não parem dúvidas sobre o meu comportamento pessoal e político. Neste momento de denúncias envolvendo a classe política peço a todos para que, com serenidade, possamos levar as informações onde seja necessário, falar a verdade, transmitir a verdade! Eu assumo aqui o compromisso de que estaremos nesta trincheira da verdade, de sinceridade porque queremos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que este Poder avance, cresça, melhore mais. Temos a convicção, eu, pessoalmente, que tive a honra de ser eleito 1º Secretário desta Casa em duas oportunidades, por quatro anos, que nós melhoramos muito neste período, crescemos, avançamos na busca de um Poder transparente que melhor esteja sintonizado com os anseios do povo do Paraná! Com certeza sabemos que precisamos melhorar mais, avançar mais, crescer mais! Mas, estamos buscando, perseguindo essa determinação com todas as forças, esta Mesa Executiva, esta Casa, os Srs. e as Sras. Deputados como um todo!

Sei também que a minha luta é a luta de todos que ocupam uma cadeira nesta Casa, no Brasil, de forma inteira, tenho aqui documentos, argumento e é por isso que vim aqui nesta tribuna falar: não tenho medo da verdade porque quero que ela impere, que seja restabelecida, verdadeira, a única a triunfar! É por isso que estou aqui, tranquilo e sereno.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tenho a convicção absoluta que honrei este Parlamento durante os quatro mandatos, e honrarei se outras oportunidades tiver para votar para cá! Continuarei com a mesma firmeza, com a mesma postura, com a mesma linha e com a mesma conduta, com toda força porque este ensinamento eu trouxe da minha casa, da casa de onde nasci, um simples casebre que moldou o caráter na minha caminhada, na minha vida e que ostentarei até o final dos meus dias!

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, Deputado Ângelo Vanhoni, horário do PT.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Serei breve, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero dar as boas-vindas aos Presidentes das Centrais Sindicais, da Central Única dos Trabalhadores, da CGT, da Força Sindical e da Nova Central Sindical que está se consolidando em território nacional. E dizer da satisfação, da boa nova, porque fiquei sabendo que o Presidente da República deverá mandar para o Congresso Nacional uma das propostas (já está submetida em audiência pública) para regulamentação e a concretização da legalização das centrais sindicais em território nacional. Sabemos, e a sociedade sabe, da legitimidade e da representatividade dessas centrais em território nacional. No entanto, elas não têm amparo legal, porque não estão na forma da lei, infelizmente, colocadas na Constituição do nosso país. Então, o Governo brasileiro deve mandar, pretendia mandar na reforma sindical, mas como há vários pontos ainda em conflito para serem discutidos entre trabalhadores, empresários e Governo, o Governo selecionou alguns projetos, entre eles esse que diz respeito à legalização das centrais e que diz respeito também, que tem uma audiência marcada para os próximos trinta dias, sob a possibilidade da legalização dos trabalhadores cooperados, das cooperativas, em território nacional e que deve abranger algumas atividades como a de taxistas, como a de professores, de prestação de serviço em todo território nacional. Isso é uma boa nova que pode ajudar no desenvolvimento da economia, na geração de emprego e na empregabilidade do nosso país. Dizer que a Bancada do PT, como já todos os Deputados sabem, amanhã vai votar, sim, ao projeto do mínimo de 427, 437.

Entendemos que a definição de um salário-referência é um momento importante para os trabalhadores, sobretudo para os trabalhadores desorganizados, que não têm força de organização sindical para conquistar um acordo coletivo que possa satisfazer suas necessidades do ponto de vista de trabalhadores como cidadãos no Estado do Paraná.

Então, o salário mínimo como referência ajuda na organização e na distribuição de renda em território paranaense. Sabemos que em um primeiro momento pode haver em um setor ou outro, desajustes no ponto de vista da economia, mas no conjunto esta medida é boa e interessa aos trabalhadores, aos operários e tanto aos trabalhadores da cidade quanto aos do campo. E é bom que a Assembleia Legislativa aprove o mínimo de 437. É um avanço, o Paraná sai na frente, junto com mais dois esta-

dos da Federação no sentido de colocar o mínimo de referência que possa ajudar tanto a economia no ponto de vista da distribuição de renda e que possa ajudar aos trabalhadores a se organizarem enquanto entidade de classe.

E por último, gostaria de fazer um comentário a respeito do que vem ocorrendo com relação à Bolívia.

O nosso país produziu e construiu nesses últimos anos, não é um investimento desses três últimos anos, mas é um investimento que vem crescendo na Bolívia. Construímos duas refinarias, basicamente, para extração de gás. E essas duas refinarias mantêm um gasoduto que alimenta boa parte da indústria de São Paulo e do eixo Sul - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e passando pelo Mato Grosso também. E as notícias nos surpreenderam porque o Estado da Bolívia (que é soberano) nacionalizou os poços de hidrocarboneto no território boliviano. É uma medida dura, drástica, mas entendo que está dentro da legitimidade do Governo boliviano proceder dessa maneira; entende que está defendendo os interesses do seu povo. É um povo muito sofrido, há milhares e milhares de anos não tem sequer um projeto de desenvolvimento. A elite que governou a Bolívia nesses últimos 340, 400 anos foi elite predatória que soube se aproveitar dos poucos recursos naturais que a Bolívia tem. Nosso país promoveu investimentos para o desenvolvimento de uma indústria de extração de hidrocarbonetos. O Brasil é um país irmão da Bolívia. Neste momento me sinto, não sei qual é a posição, acho que o Brasil não deve tomar uma posição como alguns têm aventado, uma posição mais dura em relação ao povo boliviano. Acho que a negociação deve ser a orientação tanto do Itamarati quanto do conjunto do Governo para que uma solução negociada dos interesses dos contribuintes brasileiros com os interesses da maioria da população boliviana, possam ser equacionadas através do diálogo.

Venho fazer essa manifestação, não concordo. O Governador Requião fez uma afirmação que - desculpem-me os companheiros e colegas do PMDB, é completamente descabida.

Acho que há caminhos para que o desenvolvimento e a superação da miséria, superação da fome, o desenvolvimento, o avanço da consciência social, o avanço da organização dos trabalhadores, tanto no campo, quanto da cidade, possam encontrar, sem que se precise tomar atitudes muitas vezes como essa que o Governo boliviano tomou. Não sei o conjunto das razões porque respeito a decisão da Bolívia, mas acho que o Governo Lula vem fazendo um bom governo sabendo compatibilizar o desenvolvimento industrial tecnológico que o mundo moderno aponta, com a preservação de investimentos internacionais, no território do nosso país e fazendo com que as empresas nacionais se desenvolvam e desenvolvam o nosso país e, ao mesmo tempo, possamos promover mais igualdade, mais justiça social.

Quero dizer que a declaração do Governador neste momento não ajuda a superação dos problemas políticos

colocados entre o Brasil e um país irmão, pequeno, sofrido, como é o país da Bolívia.

A Bolívia tem um PIB que é menor que o PIB do Paraná. A miséria na Bolívia é maior que a miséria no Brasil. Nós sabemos disso! Então, acho que generosidade, paciência, diálogo neste momento é muito importante para que os dois países e os dois povos possam construir uma solidariedade, possam construir uma irmandade.

A história, a ironia deste momento traz uma contraposição entre um governante de esquerda como o Evo Morales pode ter atitudes equivocadas, mas é um homem sincero, é um homem que está imbuído da tentativa de superação de problemas atávicos do povo boliviano, deve ser respeitado, deve ser admirado por essas intenções.

E o Brasil que está sendo governado por um Partido e por um Presidente que têm clareza dos compromissos daquilo que interessa para a maioria do povo brasileiro e, sobretudo, para a maioria do povo latino-americano.

Esse é um momento difícil da história do nosso país, mas quero apostar, quero dizer que o Lula terá a tranquilidade e a sabedoria de encontrar um caminho para, junto com o governo boliviano, superar esse impasse entre uma grande empresa, como é a nossa Petrobras e os investimentos que foram alocados em território boliviano.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni, pelo PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero falar um pouquinho do salário mínimo porque se faz necessário fazer aqui um comentário sobre essa questão.

Na verdade a regulamentação do salário mínimo já está aí há mais de quatro anos. O Governador Requião lembrou do salário mínimo agora, na hora das eleições. Esta é a grande verdade. Aí usa algumas pessoas para vir aqui, apesar de que se fôssemos somar, tinha mais DAS do Governo do que de trabalhadores. Só quero dizer aos trabalhadores que esses DAS aí ganham dois mil, dois mil e quinhentos, três mil. Esses não precisam de salário mínimo.

A grande verdade é que estamos sendo governados, este país está sendo governado, e quando vejo o Deputado Vanhoni na tribuna, elogiando o Evo Morales, fico me perguntando: aonde vamos chegar?

Esse cidadão esteve no Brasil logo após a sua eleição e assumiu o compromisso dizendo que não faria o que fez ontem. Aí vemos aqui a defesa e os elogios a esse Presidente da República.

Ontem eu ouvia um comentarista na Globo News, dizendo que se não for jogada política, pode acontecer que os companheiros Lula e Evo Morales possam ter combinado esse jogo. Você arma essa confusão na Bolívia, depois pego o meu aerolula, vou até lá e você diz que, pela nossa amizade, está resolvido. Pode ser mais uma artimanha do Governo Lula. Mas, se não for artimanha, for verdadeira, essa atitude poderá ser, para nossa economia, o segundo apagão. Porque não é da noite para o dia que as empresas vão poder aceitar um aumento em torno de 30% do gás, se não ficarmos sem gás. Porque ele deu um aviso claro aos funcionários da Petrobras. Se vocês aceitarem, o jogo é esse; se não, podem ir embora. Esse é o homem que é amigo do Presidente da República, Lula, esse é o homem que mereceu o apoio do Presidente Lula, esse é o homem que está expulsando as empresas. A prova disso, daqui a seis meses quero ver o que estarão falando desse Presidente da República da Bolívia. Tenho certeza absoluta que ele não governa a Bolívia por mais de um ano.

Temos que ter muito cuidado, porque estamos todos os dias vendo um aventureiro. Ora! Tivemos há dias atrás o Hugo Chávez, no Paraná, dando aula aos empresários, trabalhadores deste Estado, quando sabemos que na Venezuela a democracia entre aspas não funciona como aqui. Lá, só tem o Partido do Presidente. Os Partidos de Oposição não quiseram disputar as eleições. E ali ele saiu pela América dizendo que agora não é mais o Mercosul, não é mais a Alca, é a Alba.

Quer dizer, espero que nos próximos meses possamos analisar essa situação que está sendo criada pelo Sr. Morales na Bolívia.

Os prejuízos serão enormes, se não for uma artimanha política de que o jogo do faz de contas, você baixa o decreto eu vou lá e resolvo e aí saio de herói. Pode estar acontecendo isso. Mas, se não estiver acontecendo isso, não tenho dúvidas de que o Brasil vai pagar caro por essa situação.

Deputado Marcos Isfer: quanto à questão da UEG, a termelétrica, estou entrando com requerimento na Casa para suspender a tramitação do projeto de compra pelo Estado do Paraná. Primeiro, não está claro para nós. Agora o próprio governo, que dizia que aquela empresa, aquela termelétrica não podia funcionar porque não estava em condições, ele mesmo vem dizer que pode funcionar! Quer dizer, vou comprar para não pagar multa do tempo que parou.

Outra questão: perdeu-se a oportunidade de vender a energia dessa termelétrica. Só em 2010 vai poder vender, porque perderam a oportunidade. Quero me somar ao Deputado Tadeu Veneri. Preciso, para votar esse projeto de esclarecimento. Não estou aqui para avaliar erros bizarros deste Governo. Está aí a questão dos transgênicos. Ora! Quem manda neste Brasil é o Presidente da República, ele baixou uma Medida Provisória onde tem que ser respeitada a questão dos transgênicos. Não vamos entrar na questão se deve plantar ou não. Mas, se o poder

maior autoriza o plantio, autoriza a usar os portos federais, por que é que o nosso Governador não pode respeitar? E aí vem a questão da termelétrica. Quantos engenheiros da Copel nos procuraram e disseram: tudo o que estão falando aí é mentira - eu disse aqui desta tribuna - a termelétrica pode, sim, funcionar. Mas, como era o governo anterior, governo contrário ao Requião, como eles são adversários, então não poderia funcionar. Agora, constata-se o absurdo que a termelétrica poderia funcionar!

Então, na verdade estamos governando este país no limite da irresponsabilidade. Estamos tratando da questão do salário mínimo. O Governador criou uma situação - porque ontem ele fez na TV Educativa - estou com meu advogado, aqui, vamos entrar na Justiça - é um absurdo! Por volta das 11h, ontem, pediu voto na TV Educativa. Mais de uma hora pedindo voto! A TV Educativa é um escândalo em qualquer lugar do mundo. Não há necessidade de greve de fome. Mas, há necessidade de greve de consciência. Não é possível que permaneçamos calados diante desta situação.

Por esta razão, a partir de agora, estou colocando um advogado de plantão, para em todas as questões em que a TV Educativa ferir a legislação, estaremos entrando na Justiça. E eu espero, sinceramente, que a Justiça aja rapidamente, porque não é possível ter um palanque eletrônico à custa da população paranaense, para que o Governador faça campanha política. Está certo que o desespero tomou conta. Está certo que os erros são grandes. Está certo que este Governo não tem projeto. Qual é o projeto, Deputado Elio Rusch? Brigar, toda terça-feira, na "escolinha"? Agredir as pessoas? É o que acontece, porque se envenena o Governador e ele morde a isca, na terça-feira ele vai para a "escolinha", na frente de todos os DAS's do Governo e aí ele pega quem estiver de plantão. Uma semana sim, uma semana não, é a Gazeta...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente.

...e a RPC. E depois, aqueles que discordam da sua opinião. Um dia é o PT, outro dia é o Tadeu Veneri. E "escolinha" é na verdade uma "sessão vampira". E eu estranhei muito, meu caro colega Deputado André Vargas, um dos Deputados do PT, o Deputado Stica, subiu no palanque eletrônico do Governador e disse que em cima daquele palanque estava a parte boa do PT. E V. Exa. não estava lá, Deputado André Vargas. E eu considero V. Exa. um excelente Deputado, também. Mas, por esta razão, estamos nos acostumando no Brasil do "faz de conta". O mensalão não existe agora, vamos apurar depois das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito que V. Exa. conclua seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vou concluir. Desculpe não poder lhe dar aparte, Deputado Stica, mas V. Exa. poderá dar explicação quanto à parte boa do PT, porque considero que a parte boa não estava lá. Por esta razão é que falei.

Concluo meu pronunciamento, tenho o horário da Liderança, mas vou deixar uma reserva, porque tenho certeza de que vou necessitar.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Só para dizer ao Deputado que cita meu nome do final do pronunciamento, para que não possa ter apartes, que eu disse que lá estava o PT bom, o PT que defende as propostas boas no Estado do Paraná, e entre elas a do salário-mínimo regional. E disse, embora só tenha dois Deputados aqui, todos os Deputados do PT estarão votando pela proposta do salário mínimo regional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem. Não cabia Questão de Ordem ao Deputado Stica. Quero o mesmo direito, só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele foi citado. V. Exa. o citou e por isso acatei a Questão de Ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Respeito V. Exa., mas quando for citado eu vou pedir a Questão de Ordem e terei que ser respeitado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Quero informar que estou solicitando a cópia e vou assistir com tranquilidade e com isenção aquilo que o Governador eventualmente diz, qual a provocação, que não é a primeira vez, mas solicitei já a cópia e quero assistir com atenção.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma como o Deputado Tadeu Veneri é agredido, acho que se não estávamos lá no palanque do Requião com os seus amigos é porque estávamos no 1º de maio feito pela Central dos Movimentos Sociais junto com toda a população que apóia os trabalhadores.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni não citou o meu nome, mas ele pensou em citar, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição. Deputado Durval Amaral com a palavra.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero agradecer a presença do Prefeito João Adolfo Cherenque, do município de Santa Maria do

Oeste, que nos acompanha nesta Sessão; também do Prefeito Pedro Borelli, de Cantagalo. Ambos nos prestigiando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

Liderança da Oposição. Deputado Durval Amaral.

Liderança da Oposição - Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu, hoje pela manhã, atendendo a um convite do Deputado Neivo Beraldin, dirigi-me à Comissão de Fiscalização onde estava sendo inquirido o Dr. Luís Carlos, que é Presidente da Compagas. E confesso a V. Exa. fiquei perplexo com o que ouvi. Verdadeiramente algumas premissas que foram colocadas sobre a desativação e a impropriedade da UEG Araucária, caíram todas elas por terra na manhã de hoje, porque me lembro, logo quando o Governador assumiu, fizemos aqui, presidida pelo nobre Deputado Marcos Isfer, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Governo era unânime em dizer que aquela termelétrica era uma bomba, que aquela termelétrica iria explodir, que o contrato feito entre UEG Araucária, Copel, a BR Distribuidora, era lesivo ao Estado do Paraná; essa cláusula de contratação pré-estabelecida (...), alguma coisa assim, para não falar outra coisa, era um absurdo, era um roubo contra o povo do Paraná, tudo isso eu ouvi na Copel naquela Comissão Parlamentar de Inquérito. E hoje, até de uma maneira muito ingênua, fiz algumas perguntas aos Superintendente, ao Diretor-Presidente da Compagas, e ele foi categórico, está nas notas taquigráficas, foi de uma clareza absoluta dizendo o seguinte: que esta cláusula é extremamente normal da emenda contratada entre a Copel, a UEG Araucária, a BR Distribuidora, que é extremamente legal, é um cláusula lícita da demanda contratada, e que não houve irregularidade em momento algum, em tempo algum.

Olha, sinceramente, quero dizer aqui ao Líder do Governo que o Governo, o Governador precisava mandar buscar as notas taquigráficas ditas pelo Dr. Luís Carlos hoje na reunião da Comissão de Fiscalização, porque tem notas taquigráficas, e saber se efetivamente o Presidente da Compagas disse a verdade, que era uma cláusula legal, honesta; ele deve abrir um processo administrativo contra todos aqueles diretores da época que o induziram ao erro.

Agora, se ele mentiu, não resta outra alternativa, o Governador deveria demitir, no dia de hoje, o Presidente da Compagas. Porque ele veio e disse categoricamente que não havia irregularidade nenhuma, que a cláusula é legal, lícita e honesta. Para tentar justificar esse acordo na ordem de 175 milhões de reais.

Aí eu perguntei ao Superintendente: mas o que foi feito com esse gás que estava disponibilizado para UEG?

Ele sumiu? Evaporou? Ou a distribuidora realocou esse gás?

Claro, que ele afirmou que a BR realocou essa demanda.

Se realocou a demanda, como é que alguém pode ganhar duas vezes?

E perguntei a capacidade de gás que vem da Bolívia. Vamos esquecer a questão da Bolívia, até porque o Brasil ficou surpreso com a posição do Evo Morales, nós, Deputados da Oposição, não nos surpreendemos com nada, porque rompimento de contrato é uma constante no Paraná.

Perguntei: a partir de quando a BR, Compagas vai colocar o gás à disposição da UEG? Ele foi categórico: a partir de 2009.

Não precisa dizer mais nada! Estamos pagando por um gás que não usamos. E por que vamos comprar se só estará disponível em 2009? E o que é pior, essa história que a usina será flex, é um atestado que não tem gás disponível!

Fico surpreso com essa tentativa de transferir 170 milhões de reais, aliás, se houve a suspensão da demanda e se havia uma dívida de 170 milhões, quanto é a participação da Copel? É de 20%. A Copel só poderia arcar com 20% de 170 milhões. Por que vamos assumir tudo?

Não estou analisando a compra da UEG por parte do Governo do Estado, só a renegociação.

O Presidente da Compagas ou é de uma sinceridade absoluta ou colocou o Governo numa "saia justa". O melhor que o Governo poderia fazer é exonerar o Presidente da Compagas, caso contrário está deixando a sua impressão digital.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

V. Exa. tem pautado a sua vida pública nesta Casa com equilíbrio, serenidade. É um estudioso por excelência.

Quero manifestar o meu apreço pelo seu pronunciamento e dizer que se há alguma coisa que é fundamental na vida de um homem público, é exatamente, o equilíbrio, a decência e, acima de tudo, saber em tempo certo e oportuno manifestar a sua vontade com relação às questões do Paraná.

Aqui, nesta Casa, quando da posse do Governador Roberto Requião, todos nós temos registrado em nossa memória, isso muito vivo ainda, aquele pronunciamento eloquente de um homem que se diz ser o grande estadista deste país, e que até o presente momento ainda não provou, porque a decepção da sociedade paranaense é permanente, naquele pronunciamento, ele falava das questões do Estado do Paraná, do imbróglio que dizia ter deixado o Governo anterior, e um deles era a questão UEG.

Ora, mudou o Paraná, Deputado Durval Amaral, ou mudou o Governador Roberto Requião?

Essa é a pergunta que todos os paranaenses estão fazendo. Mudou o Paraná ou mudou o Governador Roberto Requião?

Acho que o que precisamos, na verdade, é dotarmos o Governador Roberto Requião, é darmos, é buscarmos uma alternativa de equilíbrio, de decência porque está lhe faltando isso, neste momento, e V. Exa. tem, com certeza absoluta, convicção de que aquilo que estamos dizendo é expressão da verdade, porque não podemos concordar, não podemos admitir que esse projeto venha ao Plenário desta Casa para ser submetido à nossa apreciação, neste momento, apenas pelo emocionalismo. É assim que o Governo está pensando com relação aos Deputados Estaduais.

Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Quero, só para concluir, dizer que creio que essa autorização de compra ou de pagamento ou de indenização à BR Distribuidora, também merece um projeto de lei específico. Que o Governo do Estado peça autorização à Assembléia Legislativa para essa negociação com a BR Distribuidora.

Efetivamente, é aquilo que estávamos denunciando desde o início do mandato: os rompimentos unilaterais de contrato. Esses factóides colocados e reiterados gerariam, como de fato geraram, um passivo para o Estado do Paraná incomensurável. Talvez o Governador, neste momento, esteja um pouco mais lúcido para evitar uma indenização que será arbitrada no Tribunal de Paris, na onda de oitocentos milhões de dólares.

Talvez esteja fazendo a conta: é melhor pagar cento e noventa milhões de dólares mais cento e setenta e cinco milhões de reais, porque o prejuízo para o Estado será menor. Efetivamente, talvez esse seja o raciocínio do Governador.

Vamos discutir oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário da Liderança do Governo.
Deputado Vanderlei Iensen.

Liderança do Governo: Deputado Vanderlei Iensen (PMDB)

O SR. VANDERLEI IENSEN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dentro do que estamos ouvindo, hoje, já com o Deputado Tadeu Veneri, agora com o Deputado Durval Amaral, falando sobre a UEG, eu me sinto extremamente à vontade para falar sobre isso porque fui o sub-relator da CPI da Copel, especificamente dessa área da UEG.

Quando ouço alguns pronunciamentos me surpreendo porque, na verdade, o que o Governador do Paraná está fazendo é resguardar os direitos do Estado. Estamos tentando diminuir o prejuízo de um contrato que foi assinado pelo Governo anterior.

Com todo respeito aos Deputados da Bancada de Oposição, gostaria de dizer que o contrato que foi assinado no Governo anterior, Deputado Durval Amaral, previa o pagamento de três bilhões quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais durante o seu período. E esse contrato que os nobres Parlamentares estão citando, só para que se tenha uma idéia, se o Governador Roberto Requião fosse irresponsável e tivesse aceitado pagar a partir do dia 01 de janeiro de 2003, o que já estava assinado pelo Governo anterior, assumido pela diretoria anterior da Copel, de 2003 a 2005 o Governo do Paraná teria desembolsado 844 milhões de reais. Isso assinado em contrato e não foi pelo Governo Roberto Requião.

Então, cabe aqui dizer o seguinte: por que o Governo do Paraná está propondo comprar essa Usina? É claro que sabemos que um contrato como aquele, como é o caso do contrato do pedágio, um contrato muito bem feito é difícil de se derrubar na Justiça, principalmente quando se escolhe Paris, o Fórum Internacional que é a Câmara de Comércio Internacional. E, lembrando que a UEG em 2003 entrou nessa Câmara solicitando o ressarcimento de 827 milhões de dólares por esse contrato e se não fosse a briga incansável do Governo do Paraná, seríamos, sim, obrigados a pagar esse valor, que era o valor previsto por eles, solicitando o ressarcimento dos seus investimentos.

Mas, graças ao empenho do Governo do Paraná conseguimos chegar a um valor de 190 milhões de dólares. O ideal era que ganhássemos de graça, mas é claro que devemos levar em conta que a El Paso investiu nesse período aproximadamente 200 milhões de dólares. Se formos fazer o cálculo estamos pagando para a El Paso o que ela investiu.

É preciso que se tenha esta visão clara. E aí, escuto alguns Parlamentares dizendo: Você disse nesse relatório que essa usina não funciona, que ela pode explodir?

Disse e confirmo isso. Estava comentando que no meu relatório disse que a usina tinha realmente condições de, num eventual funcionamento, explodir. Até porque isso foi trazido a nós por técnicos, por pessoas que conhecem. Isso é verdade.

E o Governo admite isso. Se não investirmos mais, imagino que dez ou vinte milhões de dólares para consertar o que foi feito, realmente vamos ter problemas na UEG. Não tenho a menor dúvida disso.

Então, é preciso que se saiba que o Governo do Paraná está procurando uma solução para se diminuir o prejuízo. Estamos comprando da El Paso o valor que ela pagou pela parte dela, estamos comprando deles essa parte, e teremos consciência que vai ser preciso investir mais nessa usina. Recebemos há pouco tempo a informação da Siemens de que as turbinas desta usina podem ser aproveitadas para o gás que temos hoje. Esta informação não tivemos na CPI da Copel. A informação que tivemos na CPI da Copel é que havia sido comprada uma usina de processamento de gás natural por 40 milhões de dólares

porque disseram que o gás que recebíamos aqui no Paraná não poderia passar pela turbina.

E, agora há poucos dias, recebemos a informação da Siemens dizendo que sim, essa turbina pode ser aproveitada e não necessitava comprar a unidade de processamento de gás natural. Aliás, essa unidade de processamento de gás comprado também no Governo anterior.

Quero deixar claro aqui, Srs. Parlamentares, porque ouvimos muita coisa que não é verdadeira. E talvez até por falta de informação dos Srs. Parlamentares.

Queria deixar claro essa questão que o Governo do Paraná está tentando, sim, comprar essa usina pelo valor que a El Paso pagou. E quero dizer que se isso acontecer, teremos que investir ainda um valor nessa usina para transformá-la, para capacitá-la a funcionar e essa usina tem potencial para dar ao Governo do Paraná o retorno financeiro deste investimento. É preciso que se diga, que são 484 megawatts, que ela vai produzir. Para que isso aconteça é preciso que tenhamos as quotas da El Paso. Segundo: temos que fazer uma reforma nessa usina, porque como ela foi entregue, ela não tem condições de funcionar, realmente - de explosão havia, com certeza, até por auditorias que foram feitas. Mas, é claro que mesmo com um investimento de 20 milhões de dólares - não sei quanto vai ser o investimento, mas mesmo assim é infinitamente menor do que se pagar três bilhões, 456 milhões de reais, que está no contrato assinado pelo governo anterior. Como temos ouvido muito, ultimamente, que os contratos devem ser respeitados, o Governo do Paraná está brigando muito, para não precisar pagar esse prejuízo.

Eu queria deixar aqui esse depoimento aos nobres companheiros. Sei que esse debate vai se estender ainda por alguns dias, mas quero deixar claro aos companheiros, que não é bem o que se está falando por aí. Eu gostaria que os nobres Parlamentares fossem atrás desses números. Por exemplo, a UEG entrou na Câmara do Comércio Internacional solicitando 827 milhões de dólares.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Sem querer ser inoportuno, mas V. Exa. vai dar o aparte ou não? Porque também não vou insistir mais. V. Exa. está reprisando o que disse várias vezes. É todo dia uma prerrogativa sua, mas se V. Exa. der o aparte aos Deputados Marcos Isfer e Dobrandino da Silva, eles ficarão muito agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Durval Amaral, a palavra está garantida ao orador e ele dará o aparte se assim desejar.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Mas é isso que estou perguntando e só quero saber, V. Exa., Deputado Iensen, que sempre foi um cavalheiro...

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Vamos começar pelo Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Muito obrigado.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Agradeço o aparte e me parece, Deputado Vanderlei Iensen, quando fizemos aquela CPI foi justamente porque discordávamos de uma série de cláusulas que constavam naquele contrato. Mas, ao discordarmos daquilo, lembro-me muito bem que na conclusão, se foi dito ou o representante da El Paso disse: “Estamos dispostos a comprar ou a vender a usina, neste momento, pelo valor de 60 milhões de dólares.” Há anotações lá que comprovam isso. Segundo: a irresponsabilidade de alguém, que vendeu ao Governador a hipótese de que isso poderia ser ganho em juízo, vai custar ao Estado do Paraná novamente, porque custa 190 milhões de dólares, mais 175 milhões da rescisão de contrato da Petrobras, mais o fato de que hoje não existe garantia de fornecimento de gás e os técnicos da Copel, naquele momento, já diziam: É importante para a Copel deter essa tecnologia. Queremos, sim, comprar a UEG apesar de todos os problemas que ela tem.” Naquela oportunidade, V. Exa. lembra que era essa a declaração.

Agora, como sempre, vamos para o caminho da irresponsabilidade. O caminho da irresponsabilidade do transgênico, que dá prejuízo ao Estado do Paraná. O caminho da irresponsabilidade na questão do pedágio, ou acaba ou abaixa - nem acabou e nem abaixou e vai custar para o Estado do Paraná. Na questão da UEG está custando, sim, muito mais caro do que poderia custar. Tivesse comprado naquela oportunidade teria gerado energia, vendido energia, produzido e, hoje, poderia, inclusive, ser um bom negócio para a Copel.

Não foi feito dessa forma e vamos pagar caro a conta. Porque ou pagamos 400 milhões de dólares, que já é o custo atual, que o Governo pretende fazer ou pagaremos os 800 milhões, em Paris, porque foi proposta a tal ação, porque todos sabiam e nós criticávamos, que o Conselho Arbitral de Paris foi uma crítica de todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDERLEI IENSEN (PMDB)

Obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho essa informação de 60 milhões de dólares e esse é um número que gostaria de procurar, porque desde o início, a El Paso está pedindo 827 milhões e 487 mil dólares. Então, esses 60 milhões não existem. Esse número não existe.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Iensen, propus ao Presidente e ele também concordou com isso, chamamos os representantes aqui, no plenário da Assembléia. os Prefeitos estão aqui assistindo e parece que vêm a Oposição falar que é um chuncho. Prefeitos, este ano é um ano de eleição!

Este Governo, enquanto não provarem ao contrário, não é igual ao Governo passado. Se o Governo está nesse impasse, é em função da negociata que teve no Governo anterior e o Governo agora quer sair disso.

Proponho mais uma vez, para que convidemos os técnicos da Copel, para virem aqui no plenário, esclarecer isso de uma vez por todas, para que não fiquem, daqui a pouco, pensando que o Governo quer “passar a perna” na Assembléia. Não é isso!

Então, quero sugerir que façamos uma convocação para que os técnicos da Copel venham ao plenário da Assembléia esclarecer toda essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. poderia fazer o convite não para amanhã, porque amanhã temos a votação do piso salarial regional, mas marcar para segunda-feira.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Na terça-feira da próxima semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na terça-feira.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Hoje pela manhã a Comissão de Fiscalização e Controle fez mais uma audiência pública. O Procurador Sérgio Botto de Lacerda ficou de mandar os contratos e também a síntese das duas audiências realizadas em Paris e infelizmente ainda não recebemos; o que recebemos hoje foi parcialmente, e em inglês.

Então, a Comissão de Fiscalização decidiu, por unanimidade dos seus membros, reconvocar os ausentes no dia de hoje e também convocar um representante da El Paso para terça-feira, dia 09, e até lá teremos os documentos da Compagás, os contratos que ela teria feito com a Copel Distribuidora, porque hoje parece que por mais que se use argumento, ninguém sabe, porque é preciso analisar os documentos. Sem os documentos analisados, certamente não teremos nenhuma opinião balizada. Precisamos conhecer o contrato anterior, porque é uma empresa limitada e não uma S/A, teria que ter um Conselho. Temos que ter toda uma documentação para analisarmos e para saber de quem é a responsabilidade.

Era essa a Questão de Ordem que queria fazer a V. Exa. e dizer que até aqui estamos caminhando bem, fora a má-vontade de nos remeterem documentos.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Concluo, Sr. Presidente, apenas dizendo que é claro que se o Governo do Paraná comprar a usina por

cento e noventa milhões de dólares, assumir com a El Paso, é claro que não vai ficar um passivo de oitocentos milhões ainda para ser discutido em Paris.

Então, deixo claro isso e agradeço a oportunidade!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encarada a Hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/05, de autoria das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia, autorizando o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP e CDMCA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, dispondo sobre a aplicação

de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Estadual direta e indireta por servidores públicos estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL E SUBEMENDA DA CCJ AO SUBSTITUTIVO GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Wallace Thadeu de Mello e Silva, com sede e foro na cidade de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública o Albergue Noturno de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Organização Não Governamental - ONG - Grande Roda de Tambores, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/06, ajustando no orçamento do Estado, o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que serão utilizados na construção de unidades municipais da Emater. (Ibiporã, Jandaia do Sul, Marquinho, Ramilândia, São José das Palmeiras, Tamarana e Três Barras do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/06, dispondo sobre ajuste e conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628,556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

**EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 164/06**

A presente Emenda Corretiva ao Projeto de Lei nº 164/06, oriundo da Mensagem nº 025/05 do Governo do Estado, objetiva corrigir impropriedade contida no seu texto original, conforme segue e com fundamento no inciso II, parágrafo 7º, do artigo 137 do Regimento Interno.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita da Lei Orçamentária, conforme Anexos III e IV, desta lei.

Sala das Sessões, em 02.05.06.

(aa) MARCOS ISFER, VALDIR ROSOSNI, LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO e DURVAL AMARAL.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, declarando de Utilidade Pública o Lar Infantil Sol Amigo, com sede e foro no município e Comarca de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, dando nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14.181/03, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Juventude de Maringá - Aju-mar, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação Sapopema em Desenvolvimento, com sede e foro no município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/06, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no município de Quatiguá, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/06, de 06/03/06 em Mensagens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 044 /06**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao município de Quatiguá.

Fundamentação

Sobre mais, a Constituição Estadual determina em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, "órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do Estado a uma pessoa jurídica de direito público interno: o município de Quatiguá.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Comissão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Dessa forma, em caráter de parecer, opina-se pelo parecer favorável do projeto em análise.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 044/06**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 44/06, deriva da Mensagem nº 010/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual que autoriza a efetuar a cessão de uso, ao município de Quatiguá, do imóvel urbano que especifica, localizado no município de Quatiguá-PR.

O imóvel a ser cedido terá finalidade exclusiva para funcionamento de atividades do serviço público municipal, podendo ser revogado a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 969 e 970, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 971, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 974, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 976 a 980, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 983, 985 a 988 e 999, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 984, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 989, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 990 a 996, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 998, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1002 e 1003, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1000, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano

e demais Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004, 044 e 185/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 754, 800, 801/05; 001, 002, 043 e 188/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 028/06, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 046/06, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 045/06, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes

Fonseca - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 002/06, de autoria do Poder Executivo. Nesse momento, o Deputado Luiz Carlos Martins pede preferência ao Projeto de Lei nº 69/06; 05) Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 021/06, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 459/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Nesse momento o Deputado Barbosa Neto pede preferência aos Projetos de Lei nºs 03/06 e 04/06; 07) Projeto de Lei nº 003/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 004/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 692/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 749/05, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 791/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 799/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Pastor Edson

Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. Passou-se ao expediente: requerimento do Deputado Reni Pereira, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 28/06 e requerimento do Deputado Ademar Traiano, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 79/06. O Sr. Presidente colocou em votação - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 66/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 633/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 655/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 693/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 713/05, de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 738/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano; 07) Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Delegado Bradock SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 79/06, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 09/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 18/06, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 12) Projeto de Lei nº 30/06, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 53/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 120/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Nelson Justus, através de leitura de parecer pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, pede suspensão de votação da matéria, até votação do Projeto de Lei nº 46/06 - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 743/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 111/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 618/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada

Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 758/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 20) Projeto de Lei nº 774/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 775/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
06ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Carlos Simões, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação. Passou-se ao expediente: retificando a Ata do dia 21 de março, leia-se 4ª Sessão Legislativa; retificando a Ata do dia 28 de março, leia-se 4ª Sessão Legislativa e 5ª Reunião Ordinária. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 713/05, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 740/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - REJEITADO. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado contrário do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto. O Sr. Deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 771/05, de autoria do Deputado Rafael Greca. O Deputado José Maria Ferreira, relator da matéria, exarou parecer no sentido de devolver o projeto ao autor para adequações - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 13/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Sr. Deputado Barbosa Neto SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 767/05, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 41/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter -

APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 74/06, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 76/06, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 77/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 86/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 113/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 125/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 126/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 127/06, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 133/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 132/06, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Publicações Administrativas

Prorrogação Contratual

3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, localizada à Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel;

Contratada: Instaladora Comercial Padrão Instalações Elétricas e Ar Condicionado Ltda., estabelecida à Rua Maestro Francisco Antonello, nº 3045, Novo Mundo, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 80.200.850/0001-72;

Objeto: Manutenção preventiva mensal de equipamentos de ar condicionado nas instalações dos Edifícios Tancredo Neves e do Palácio 19 de Dezembro;

Prazo: Termo Inicial: 12 de março de 2006.
Termo final: 31 de dezembro de 2006.

Preço: Em contraprestação aos serviços prestados será pago, mensalmente, o valor de R\$ 5.656,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) conforme proposta de fls. 02 do protocolado nº 1018/05.

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas previstas no contrato oriundo do protocolo autorizatório nº 1079/03.

Curitiba, 12 de março de 2006.
(aa) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ
COMERCIAL PADRÃO COM. E INSTALAÇÃO DE
MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.